

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS – UEG
UNIDADE ANÁPOLIS DE CIÊNCIAS SOCIOECONÔMICAS E HUMANAS – CCSEH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO,
LINGUAGEM E TECNOLOGIAS – PPG-IELT

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: PROCESSOS EDUCATIVOS, LINGUAGEM E
TECNOLOGIAS

**PERFORMANCES DE IDENTIDADES DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO - PNLD/2018-2020**

José Ariosvaldo Alixandrino

Anápolis-GO

2021

JOSÉ ARIOSVALDO ALIXANDRINO

**PERFORMANCES DE IDENTIDADES DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO - PNLD/2018-2020**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias, da Universidade Estadual de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Educação, Linguagem e Tecnologias.

Área de concentração: Processos Educativos, Linguagem e Tecnologias

Linha de pesquisa: Linguagem e Práticas Sociais

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira

Anápolis-GO

Abril/2021

Ficha catalográfica

A414p Alixandrino, José Ariosvaldo.
Performances de identidades de gênero em livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio - PNLD / 2018-2020 [manuscrito] : José Ariosvaldo Alixandrino - 2021.
95 f.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira.
Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias).
Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2021.

Inclui bibliografia.

1.Livros didáticos - Sexualidade. 2.Livros didáticos - Identidades de gênero. 3.Teoria Queer. 4.Cisheteronormatividade.
4.Dissertações - PPG-IELT - UnUCSEH/UEG.
I.Pereira, Ariovaldo Lopes. II.Título.
CDU 371.671:613.88(043.3)

Elaborada por Aparecida Marta de Jesus
Bibliotecária/UEG/UnUCSEH
CRB1/2385

**PERFORMANCES DE IDENTIDADES DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS DE
LÍNGUA PORTUGUESA DO ENSINO MÉDIO - PNLD/2018-2020**

Esta dissertação foi considerada aprovada para obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás – UEG, em 22 de abril de 2021.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira (Universidade Estadual de Goiás – PPGIELT/UEG)

Orientador/Presidente

Profa. Dra. Lúcia Gonçalves de Freitas (Universidade Estadual de Goiás – PPG-
IELT/UEG)

Membro interno

Prof. Dr. Iran Ferreira de Melo (Universidade Federal Rural de Pernambuco –
Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem - Progel (UFRPE))

Membro externo

Prof. Dr. Clodoaldo Ferreira Fernandes da Silva (Universidade Estadual de Goiás)
Membro interno

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à minha mãe **Francisca Gomes Fernandes**, que, entre todas as pessoas, que passou pela minha vida, foi a que mais me incentivou a estudar, e sempre acreditou no meu potencial, por me considerar seu filho e, apesar de ser analfabeta é uma pessoa sábia e incrível.

A todas/os/es seres humanos, assim como eu, que vivemos e não somos aceitos e muito menos compreendidos apenas por amarmos de nossas maneiras, assim somos: gays, lésbicas, travestis, transexuais, bissexuais enfim, todos os seres em desacordo com a cis-normatividade branca, heterossexual, cristã e hegemônica.

À/Aos meus/minhas queridos/as colegas de luta do PPG-IELT, que assim como eu, sabem das dificuldades e enfrentamentos que passamos até chegar a este momento de apresentação da dissertação.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha mãe **Francisca Gomes Fernandes** e ao meu pai **Geraldo Alixandrino** pela vida e pelas preocupações e orações, principalmente de minha mãe, posso afirmar do fundo do meu coração que entre todas as pessoas, que passou pela minha vida, ela foi a que mais me incentivou a estudar, e sempre acreditou no meu potencial, por me considerar seu filho e, apesar de ser analfabeta é uma pessoa sábia e incrível.

Sou muito grato também ao meu orientador **Ariovaldo Lopes Pereira**, o Ary, agradeço por ter me escolhido e ter acreditado na minha proposta de pesquisa. Obrigado professor Ary pela paciência e dedicação ao meu trabalho, realmente você orienta um mestrando. Assim como afirmaram outros orientandos seus, você realmente é um “orientador amigo”. Jamais esquecerei de sua explicação em relação à virgula e o ponto final, caiu a voz!

Devo muito à Universidade Estadual de Goiás e às professoras do PPG-IELT. Especialmente à **Lucia Gonçalves de Freitas**, à **Viviane Pires Viana Silvestre**, à **Marlene Barbosa de Freitas Reis**, à **Leonor Paniago Rocha** pelas sugestões de leituras e contribuições com a minha pesquisa.

Agradeço também à minha ex-professora na graduação, doutora **Luciane Silva de Souza** e que também me acompanhou nesta dissertação de mestrado dando suas contribuições e fazendo as correções ortográficas. Agradeço ao professor **Iran Ferreira de Melo**, membro externo que imediatamente aceitou ler o meu trabalho e ao professor **Clô Fernandes** que também aceitou o convite para a leitura do meu trabalho.

Enfim, agradeço a todos, todas, todes que de alguma maneira me desejaram, desejam e torcem pelas minhas conquistas.

Perigoso é te amar, doloroso querer
Somos homens pra saber o que é melhor pra nós
O desejo a nos punir só porque somos iguais
A idade média é aqui
Mesmo que me arranquem o sexo
Minha honra, meu prazer, te amar eu ousaria
E você o que fará se esse orgulho nos perder?

Trecho da música Avesso, de Jorge Vercillo.

RESUMO

ALIXANDRINO, José Ariosvaldo. **Performances de identidades de gênero em livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio - PNLD/2018-2020**. Ano: 2021. 95f. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira
Defesa: 22 de abril de 2021.

Esta dissertação tem como objetivo analisar as performances identitárias de gênero no livro didático de Língua Portuguesa do ensino médio e os discursos que legitimam e reforçam a cis-heteronormatividade. Alinho-me, principalmente, à estudiosa e filósofa Judith Butler (2013) e aos estudiosos da Análise de Discurso Crítica, especialmente Norman Fairclough (2016). É uma pesquisa documental de caráter qualitativa, se dá a partir das representações de gênero na coleção Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso. Utilizo a teoria queer e a análise de discurso crítica para desvelar os discursos de poder e hegemonia ainda presentes no livro didático. Desse modo, a pesquisa é uma análise de textos verbais e não verbais na coleção mencionada. Seleciono textos, atividades e imagens para mostrar os discursos de gênero, naturalizados e institucionalizados através da linguagem nas práticas sociais. Observo que as performances identitárias em desacordo com a matriz de inteligibilidade de gênero são silenciadas e invisibilizadas. Nos livros didáticos predominam uns discursos em relação a outros. Pauto-me na Análise de Discurso Crítica, a fim de questionar essas relações de poder e hegemonia que naturalizam e reiteram os discursos em todas as práticas sociais. Como analista crítico, estou de acordo com esses teóricos da ADC, ao observar e desvelar essas relações e propor mudanças através da linguagem, visto que existem vários padrões sociais. Assim, os discursos hegemônicos podem ser combatidos, podemos agir, refletir e problematizar as relações de poder, injustiças sociais podem diminuir. A mudança social necessita acontecer, visto que após seguir as ideias de Butler (2013) e Fairclough (2016), os quais, expõem sobre poder, hegemonia e dominação, e, como essas questões são reproduzidas e resistidas discursivamente por meio das representações de gênero, então, observo que a cis-heteronormatividade compulsória hegemônica continua sendo o grupo social representado, apagando e silenciando outros grupos que são seguem essa ordem social.

PALAVRAS-CHAVE: Livro didático. Performances de gênero. Teoria queer. Cis-heteronormatividade.

ABSTRACT

ALIXANDRINO, José Ariosvaldo. **Performances de identidades de gênero em livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio - PNLD/2018-2020**. Ano: 2021. 95f. Dissertação de Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias. Universidade Estadual de Goiás – UEG, Anápolis – GO, 2021.

Orientador: Prof. Dr. Ariovaldo Lopes Pereira
Defesa: 22 de abril de 2021.

This dissertation aims to analyze the gender identity performances in the Portuguese language textbook of high school and the speeches that legitimize and reinforce cis-heteronormativity. I align myself, mainly, with the scholar and philosopher Judith Butler (2013) and with the scholars of Critical Discourse Analysis, especially Norman Fairclough (2016). It is a qualitative documentary research, based on the representations of gender in the Portuguese Contemporary collection: Dialogue, Reflection and Use. I use queer theory and critical discourse analysis to unveil the discourses of power and hegemony still present in the textbook. Thus, the research is an analysis of verbal and non-verbal texts in the mentioned collection. I select texts, activities and images to show gender discourses, naturalized and institutionalized through language in social practices. I observe that identity performances that do not agree with the gender intelligibility matrix are silenced and made invisible. In the textbooks, speeches predominate in relation to others. I am guided by Critical Discourse Analysis, in order to question these relations of power and hegemony that naturalize and reiterate discourses in all social practices. As a critical analyst, I agree with these ADC theorists, by observing and unveiling these relationships and proposing changes through language, as there are several social patterns. Thus, hegemonic discourses can be fought, we can act, reflect and problematize power relations, social injustices can decrease. Social change needs to happen, since, after following the ideas of Butler (2013) and Fairclough (2016), which expose about power, hegemony and domination and how these questions are produced and resisted discursively through gender representations, I notice that the hegemonic compulsive cis-heteronormativity remains the represented social group, erasing and silencing other groups that do not follow this social order.

KEYWORDS: Textbook. Gender performances. Queer theory. Cis-heteronormativity.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADC – Análise de Discurso Crítica

DRAG - homem que se veste com roupas extravagantes tradicionalmente associadas à mulher e imita a voz e trejeitos femininos

LAC – Linguística Aplicada Crítica

LD – Livro Didático

LGBTQIA+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexual, outras variantes de gênero

LP – Língua Portuguesa

MEC – Ministério da Educação

PNLD - Programa Nacional do Livro e do Material Didático

PPG-IELT – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias

UEG – Universidade Estadual de Goiás

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	72
Figura 2.....	75-78
Figura 3	82-83
Figura 4	86-87
Figura 5	90
Figura 6	92

SUMÁRIO

PRA COMEÇO DE CONVERSA	13
CAPÍTULO 1	19
CAMINHOS E PERCURSOS DA PESQUISA	17
1.1 Perspectivas metodológicas	19
1.2 Objetivos.....	22
1.3 Etapas da pesquisa	23
CAPÍTULO 2	27
QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL A PARTIR DAS TEORIAS QUEER	27
2.1 Contextualização da realidade social e política no Brasil na atualidade: a virada do centro-esquerda para a direita, ‘ideologia de gênero’, diversidade e homofobia.....	27
2.2 Políticas de gênero e identidade e educação escolar	34
2.3 Linguagem com prática social e cis-heteronormatividade	38
2.3.1 Para refletir a cis-heteronormatividade a partir da linguagem	43
2.3.2 Performatividade em Judith Butler.....	47
2.4 Identidade e diferença	55
2.5 Políticas para a implementação do livro didático na atualidade	61
2.6 Reflexões relevantes acerca do livro didático e educação	62
CAPÍTULO 3	66
REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES E PERFORMANCES DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS	66
3.1 A coleção Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso – PNLD 2018/2019/2020.....	66
3.2 Hegemonia e relações de poder naturalizadas no livro didático.....	68
3.3 As performances identitárias de gênero na coleção “Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso”	70
CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS: NOVOS CAMINHOS, NOVOS DESAFIOS...	94
REFERÊNCIAS	100

PRA COMEÇO DE CONVERSA...

“Quando as pessoas entendem que a gente está lutando por justiça social, por equiparação e por equidade, não tem motivo para não ser feminista”.

(Djamila Ribeiro)

Esta pesquisa foi desenvolvida no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Educação, Linguagem e Tecnologias (PPG-IELT) da Universidade Estadual de Goiás – UEG. Optei pelo campo de estudos da linguagem e por seguir a linha de pesquisa denominada *Linguagem e Práticas Sociais*, com eixo temático *Linguagem Cultura e Sociedade*. Para o desenvolvimento da pesquisa e escrita da Dissertação, contei com a orientação do Professor Doutor Arioaldo Lopes Pereira.

O estudo se dá por meio de uma análise das performances de gênero numa coleção de livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio e tem como foco as práticas sociais, em que observo se alguns discursos identitários se sobrepõem a outros e se algumas identidades de gênero têm mais representatividade do que outras, uma vez que são múltiplas as possibilidades de se viver o gênero.

Várias indagações, ao logo de minha vida acadêmica e anterior à entrada em uma instituição de Ensino Superior, me levaram às inquietações que desde sempre permearam meu ser, enquanto sujeito social, enquanto ser humano, antes de qualquer outro aspecto ou característica que possa me definir ou que ‘queira’ me definir. Para esta Dissertação, a problemática surgida dessas reflexões, realizadas ao longo do meu percurso de vida, a que é mais aparente é: será que o livro didático, em pleno século XXI, ainda traz aspectos ligados à sobreposição de alguns discursos identitários em relação a outros? Com isso, será que temos algumas performances de gênero com maior representatividade aparente no livro didático?

Partindo desse questionamento, tenho como principal objetivo de pesquisa, analisar as constituições de gênero e as performances identitárias em livros didáticos, especialmente, em contextos de educação linguística. Nesse sentido, busco realizar uma análise que se embasa na constituição social de sujeitos com identidades sexuais e de gênero que superam a construção cis-heteronormativa comum nas práticas discursivas recorrentes na sociedade, com vistas à compreensão dos mecanismos sociais, políticos e ideológicos que subjazem essas

relações de poder, e se elas ainda estão presentes nos livros didáticos. Que na verdade seria uma forma de dominação da sociedade, postulando para os sujeitos a maneira certa de comportar-se e ser sexual neste meio social que diz ser educativo. Nos objetivos específicos, proponho-me a: analisar as performances de gênero numa coleção de livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio; observar se alguns discursos identitários se sobrepõem a outros e se algumas identidades de gênero têm mais representatividade do que outras nos livros didáticos analisados; tratar das concepções de cis-heteronormatividade, identidade de gênero, linguagem como prática social, dentre outras, procurando no arcabouço teórico, a base necessária para as reflexões realizadas na análise do material didático.

Sejam nas mídias contemporâneas, nas escolas, nas instâncias da política formal, nos espaços de militância organizada ou no próprio cotidiano da vida social, os debates que giram em torno das questões sobre sexualidade e identidades de gênero dão cada vez mais a tônica do período em que estamos vivendo, garantindo até certo ponto maior visibilidade política às chamadas “minorias sexuais”. Inúmeras práticas discursivas são problematizadas no interior da sociedade contemporânea, que nos revelam as várias maneiras de pensar, discutir, compreender e vivenciar a amplitude possibilitada por tais temáticas.

Considero de fundamental importância, nesta pesquisa, reportar-me ao meu lugar de fala, falar por mim mesmo, deslocar e transgredir as falas hegemônicas e apresentar minha verdadeira performance de gênero. Corroborando com o entendimento de Djamila Ribeiro (2019, p. 43),

seria urgente o deslocamento do pensamento hegemônico e a resignificação das identidades, sejam elas de raça, de gênero ou de classe, para que se pudesse construir novos lugares de fala com o objetivo de possibilitar voz e visibilidade a sujeitos que foram considerados implícitos dentro dessa normalização hegemônica.

Quando eu ainda era criança, na década de 1990, vivi numa vila do interior do estado do Pará. Tive uma vida difícil ali, pois no meu ambiente familiar o machismo predominava. Alguns anos depois, já na adolescência, eu não me compreendia enquanto sujeito situado em determinado meio e rotulado, e fazia alguns questionamentos acerca de meus instintos e desejos sexuais, visto que eles não estavam de acordo com a cis-heteronormatividade.

Nasci menino, obrigatoriamente eu deveria ser macho, viril, dominador, forte. Honrar o meu órgão sexual e, logicamente, assumir o que foi atribuído ao meu sexo. Nunca gostei de jogar bola ou outras brincadeiras institucionalizadas como masculinas. Eu estava “fora da lei”, da normatividade. Conforme explana Foucault (2017, p.7), “o casal, legítimo e procriador, dita a lei. Impõe-se como modelo, faz reinar a norma, detém a verdade, guarda o direito de falar”.

Eu não tinha o direito de falar, muito menos de ser, ou ao menos tentar mostrar, demonstrar a minha subjetividade sexual. Como eu falaria, numa sociedade patriarcal, racista, homofóbica, na qual o discurso legitimado era o discurso do homem branco cis-heterossexual? Meus desejos eram escondidos e reprimidos de tal forma que eu não tinha nenhuma permissão ou espaço para viver, de maneira *vivível*, a minha performance de gênero. Eu deveria me adequar à cis-heteronormatividade, pois tudo o que não se enquadrasse nesse padrão, se tornaria ilegítimo, não natural, anormal. Logo, eu precisaria viver a minha sexualidade e afetividade de maneira silenciosa e oculta.

A cis-heterossexualidade é a sexualidade aceita, apresentada e institucionalizada como algo natural, inerente à condição humana, como se fosse a única forma possível de viver. Jamais como produto de tensões e contradições históricas, e sim como resultado de um consenso, um destino quase que pré-determinado. Eu não me via nessa essência pré-existente, pois estava nas posições contrárias ao modelo cis-heteronormativo; não me enquadrava nas normas dominantes, com as quais eu não me identificava.

Interessei-me e me identificava com o que estava em desacordo com os moldes sexuais vigentes, aceitos e institucionalizados como naturais e corretos. Então, eu sempre questionava e tentava buscar respostas para os meus desejos não cis-heteronormativos. Isso sempre me inquietava. Cresci e me tornei um profissional da educação. Nas escolas em que trabalho e trabalhei, vivenciei algumas situações preconceituosas, sejam elas comigo ou com alunos e colegas de trabalho. Isso me motivou ainda mais a pesquisar sobre as performances identitárias. Como professor, acredito que a educação é uma instituição social fundamental para se debater sobre as questões de gênero e o livro didático, sendo uma das principais ferramentas metodológicas, considero-o importante para a prática educativa e capaz de ajudar a mudar as práticas sociais.

Assim, com essas inquietações que sempre acompanharam minha vida pessoal e acadêmica como algo fruto de reflexões para compreender os padrões ditados pela sociedade, trago à lume esta dissertação, que se divide em: introdução, dois capítulos, conclusão e referências, conforme segue delineado.

Na introdução, tento trazer o meu lugar de fala, com o fim de mostrar as razões e as motivações para a pesquisa aqui empreendida. Tento dizer as condições que me fizeram seguir este caminho e os objetivos que tenho, ao chamar atenção para a problemática com a qual me deparo inicialmente.

No primeiro capítulo, discuto os fundamentos metodológicos que trazem uma melhor explicação dos caminhos seguidos para o alcance dos objetivos. O fim maior do capítulo 1 é falar como se deu o percurso desta dissertação; por isso, trato do passo a passo na construção da pesquisa, para que sirva de modelo ou contra modelo, mas de alguma forma, promova o debate, a reflexão.

O segundo capítulo está dividido em subseções. Para dar uma melhor organicidade a esse capítulo, contextualizo a realidade política no Brasil, no contexto contemporâneo. Trago algumas reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as questões de gênero e identidade, implementadas e tratadas na atualidade, após a virada do centro-esquerda para direita. Ainda trato da questão do Estado laico versus a visão teocrática da sociedade; e, sobre políticas para o livro didático do atual governo.

Essas reflexões são tratadas a partir de uma visão fundamentada nas teorias queer e na Análise do Discurso Crítica – ADC. Por isso, na primeira subseção, intitulada Contextualização da realidade política no Brasil na atualidade: a virada do centro-esquerda para a direita, ‘ideologia de gênero’, diversidade e homofobia, discuto os aspectos políticos atuais no Brasil, uma onda conservadora que aumenta, denominada “ideologia de gênero” e que deixa de se preocupar com questões relacionadas à sexualidade e diversidade. Já na segunda subseção, discuto sobre políticas voltadas para questões de gênero – quando surgiram, se foram implementadas e como são tratadas. Na terceira subseção, trago os teóricos da linguagem, para levar à compreensão desta como uma prática social e atendo-me para observar os significados que os discursos assumem quando em contato com a realidade objetiva. Em seguida, problematizo sobre as manifestações discursivas que reiteram e legitimam a cis-heteronormatividade na sociedade como norma dominante e hegemônica. Discuto as relações entre gênero e linguagem, tomando

como principal referencial teórico as proposições da filósofa estadunidense Judith Butler (2013). A partir dessa autora, identifico como o gênero e a sexualidade se relacionam dentro das práticas discursivas sociais.

Na quarta subseção, intitulada *Identidade e diferença*, o meu objetivo é discutir o papel da construção identitária na sociedade. Aqui são analisados os pontos fundamentais para se entender a articulação entre identidade, diferença e sociedade, por que nos identificamos ou o porquê de estarmos sempre demarcando o que somos e o que, na sociedade, não se encaixa conosco ou não nos encaixamos. Isto, para trazer à reflexão se tudo é uma convenção socialmente acordada ou uma necessidade natural dos indivíduos.

Na quinta subseção, trato das políticas do governo atual para a implementação do livro didático nas instituições educacionais. Ao final do capítulo, como última subseção, discuto o papel da escola, da educação, da educação linguística e do material didático na realidade atual. É aqui que lanço um questionamento desses papéis a fim de que a reflexão leve a compreender a importância de se discutir tal ideia.

O terceiro capítulo é o momento em que trago a discussão e a análise acerca da coleção de livros didáticos do Ensino Médio. Aqui, descrevo a coleção escolhida e coloco as justificativas para a escolha. Faço a análise e reflexões em atividades retiradas dos volumes que compõem a coleção. Os primeiros textos questionados e problematizados eu mostro a rigidez naturalizada e os discursos cis-heteronormalizadores que são veiculados nos livros didáticos. Essas construções ainda são visíveis em materiais pedagógicos e nos livros didáticos. Neste capítulo através das análises de textos, atividades e imagens mostro que os discursos hegemônicos ainda são veiculados e naturalizados socialmente com o auxílio do livro didático, ferramenta fundamental utilizadas pelos agentes educacionais.

Os textos analisados são pautados na teoria queer e na ADC, visto que esta última problematiza e desestabiliza as ideologias e as relações de poder. Assim, como o livro didático ainda é a principal ferramenta pedagógica utilizada por agentes em sala de aula, procuro observar as relações de gênero, os discursos e as ideologias veiculadas neste material, a fim de mostrar que há prevalência de alguns discursos em relação a outros. Não há representatividade das várias performances identitárias de gênero nos livros didáticos. Observo que as performances cis-heterossexuais são representadas e ainda exercem privilégios em relação as demais

performances que não estão de acordo com essa matriz de inteligibilidade. Identidades de gênero em desacordo com a lógica binária são invisibilizadas e não representadas nesse material pedagógico.

CAPÍTULO 1

CAMINHOS E PERCURSOS DA PESQUISA

Este capítulo tem como objetivo trazer a configuração e o caminho percorrido durante a pesquisa que levaram à escrita dessa Dissertação. Nesse sentido, trato do objeto de estudo, das etapas da pesquisa e do método empregado, além, é claro, do percurso percorrido no desenvolvimento do trabalho.

1.1 Perspectivas metodológicas

Esta pesquisa localiza-se no campo da Linguística Aplicada, em sua vertente crítica, e foi conduzida por princípios que constituem uma investigação qualitativa, trazendo como métodos de geração e análise de dados, instrumentos que dão conta da complexidade do objeto em estudo, que são as performances de identidade e gênero nos livros didáticos do ensino médio.

Como pesquisador dessas performances, observo na coleção em análise, como se dão essas questões identitárias, visto que o livro didático é uma das principais ferramentas metodológicas utilizadas por professores e professoras em sala de aula. Então, enquanto um documento impresso, julgo ser uma fonte segura e concreta para analisar o que é veiculado por meio dele sobre o meu objeto de estudo. Documentos escritos, (neste contexto, impressos), conforme Marconi e Lakatos (2003, p. 177),

Constituem geralmente a fonte mais fidedigna de dados. Podem dizer respeito a atos individuais, ou, ao contrário, atos da vida política, de alcance municipal, estadual ou nacional. O cuidado do pesquisador diz respeito ao fato de que não exerce controle sobre a forma como os documentos foram criados. Assim, deve não só selecionar o que lhe interessa, como também interpretar e comparar o material, para tomá-lo utilizável.

O livro didático é um documento histórico complexo, porque nele são veiculadas muitas ideologias. Como tal, nele interessa-me observar como as performances de gênero são representadas, se algumas são invisibilizadas, não representadas e se outras são privilegiadas. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo/interpretativista e interdisciplinar, visto que envolve outras áreas da Linguística, além de áreas afins como a Sociologia e a Educação; além disso, é claro, dialoga com a ADC. Conforme Fairclough (2013), as práticas discursivas

moldam os sujeitos sociais e, nesse viés, a análise do objeto em estudo propõe-se a observar essas práticas que são ideologicamente moldadas, naturalizadas. Como pesquisador em ADC, proponho uma análise das questões identitárias, seguindo a compreensão de que elas podem ser remodeladas, repensadas e reestruturadas.

Os dados foram gerados a partir da análise de imagens, textos, atividades de leitura e escrita na coleção investigada. Isso esteve de acordo com as ideias de Maria Cecília de Souza Minayo (2001), ao afirmar que

[...] A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. [...]. (MINAYO, 2001, p. 22)

Esta pesquisa tem como foco problematizar, “tensionar” os significados das ações e das interações humanas estabelecidas nas relações sociais, visto que o livro didático é um documento ideológico, histórico e pode provocar mudança social para a formação de cidadãos e cidadãs críticos/as. Assim, uma pesquisa nesse caráter sugere aspectos que não conseguimos perceber nas abordagens quantitativas (MINAYO, 2001). A pesquisa qualitativa lida com as questões subjetivas dos seres humanos. Dialogando com essa autora, Fairclough (2001, p. 28) argumenta que uma análise crítica “implica mostrar conexões e causas que estão ocultas; implica também intervenção – por exemplo, fornecendo recursos por meio da mudança para aqueles que possam encontrar-se em desvantagem”. Analisar, observar esse processo, portanto, necessita um olhar atento acerca dessas construções identitárias.

Meu objetivo com esta pesquisa é desenvolver uma abordagem problematizadora e sugestiva para uma mudança social eficaz e reflexiva tanto para quem produz quanto para quem faz uso de livros em sua práxis docente. Tal mudança social se faz necessário para que os sujeitos em desvantagem na ordem do discurso possam ter voz e representatividade, pois na sociedade contemporânea os processos de exclusão ainda são muito evidentes. “Sabe-se bem que não se tem o direito de dizer tudo em qualquer circunstância, que qualquer um, enfim, não pode falar de qualquer coisa” (FOUCAULT, 2014, p. 09). Dessa forma, a pesquisa

qualitativa é o foco da ADC nas ciências sociais, de acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017, p. 27).

A ADC dedica-se à análise de textos, eventos e práticas sociais no contexto sócio-histórico, principalmente no âmbito das transformações sociais, propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso. Ela oferece uma contribuição significativa da Linguística para debater questões da vida social contemporânea, como o racismo, o sexismo (a diferença baseada no sexo), o controle e a manipulação institucional, a violência, as transformações identitárias e a exclusão social.

Desse modo, a investigação qualitativa considera os aspectos que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica discursiva veiculada, por exemplo, em livros didáticos. Como ficou evidente, questões interseccionais como raça, gênero, classe e sexualidade ainda são oprimidas e invisibilizadas. Para tanto, o método em ADC pode ter uma perspectiva de estudo qualitativo/interpretativista, por observar as questões ideológicas e hegemônicas e colocá-las em discussão para, de fato, acontecerem as mudanças sociais. Conforme Fairclough (2013, p. 33), “o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos constitutivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso”.

Os discursos veiculados por meio dos textos exercem forças e constituem as identidades e as relações sociais; com isso, podemos modificá-los, ressignificá-los. Nós, em relação ao que se refere à linguagem, necessitamos

[...] adotar um olhar crítico diante da nossa própria prática. Nunca é tarde demais para começar a fazer um exame de consciência e perguntar a nós mesmos se, por atos ou omissão, não nos desviamos da responsabilidade de ver a linguagem como um fenômeno social, com todas as implicações políticas e ideológicas que daí decorrem. (RAJAGOPALAN, 2004 apud MAGALHÃES, 2017, p. 15)

É esse olhar crítico diante da minha prática que, como pesquisador em ADC, assumo com essas questões inter-relacionadas entre performances de gênero, cis-heteronormatividade e linguagem. Este é o meu objetivo nesse estudo: mostrar como os discursos veiculados no livro didático causam efeitos privilegiando umas performances identitárias e invisibilizando outras, e assim, agindo para manter as relações de poder e hegemonia.

A Análise de Discurso Crítica, conforme Magalhães (2017, p.17), “desenvolveu o estudo da linguagem como prática social, com vistas à investigação de transformações na vida social contemporânea”. Então, pesquisar sobre as questões de gênero é fundamental para problematizar assuntos relacionados às performances identitárias representadas no livro didático, uma vez que

o método desenvolvido pela ADC situa-se na tradição da pesquisa qualitativa, em virtude do foco da análise detalhada de textos e discursos. (...) trata-se de um método que conjuga o estudo textual-discursivo à crítica social. Dessa forma a ADC volta-se para o debate de um determinado problema social, contribuindo para a reflexão sobre ele. Portanto, analistas críticos “querem produzir e apresentar conhecimento crítico que capacite os seres humanos a emanciparem-se de formas de dominação mediante a autorreflexão. (MAGALHÃES, 2017, p. 33)

O que pretendo, ao analisar e observar as performances de identidade de gênero no livro didático, é sugerir um debate crítico acerca dos problemas de gênero que Butler (2013) estabelece.

Questões como raça, sexismo, homofobia, cis-heteronormatividade necessitam ser tratadas de forma a exercer uma consciência crítica para que todas as performances de gênero possam ser vistas e representadas nos livros didáticos. Precisamos de uma educação transformadora. Assim, por meio dessa ação, como pesquisador e questionador dessas práticas sociais, proponho uma reflexão que se configure, conforme Foucault (2003), em um projeto político a fim de promover transformações estruturais na vida política local, regional e nacional.

Os conhecimentos que problematizo e os seus usos diante das representatividades de performatividades de gênero, devem propor a denúncia de situações e possibilitar emancipações políticas e de direitos que visem todos os grupos, todas as diversidades. As vozes subalternizadas necessitam ser vistas, ouvidas. Os discursos ideológicos e hegemônicos de poder na contemporaneidade devem ser desestabilizados e ressignificados. Enfim, a mudança social precisa acontecer.

1.2 Objetivos

O objetivo geral da pesquisa aqui relatada consiste em analisar representações de gênero e identidades em livros didáticos utilizados em contextos

de educação linguística e os efeitos dessas representações na constituição de discursos que privilegiam, invisibilizam e/ou estigmatizam diferentes performances identitárias.

Com este objetivo, busco alcançar realizando uma análise que se embasa na constituição social de sujeitos com identidades sexuais e de gênero que superam a construção binária comum nas práticas discursivas recorrentes na sociedade, com vistas à compreensão dos mecanismos sociais, políticos e ideológicos que subjazem as relações de poder ainda presentes nos livros didáticos.

Como objetivos específicos, procuro:

- identificar, em livros didáticos de língua portuguesa para o ensino médio, o tratamento dado às performances identitárias de gênero, observando como são representadas;
- perceber se há prevalência de discursos cis-heteronormativos nos livros didáticos analisados e os efeitos disso como exclusão e/ou invisibilidade das identidades de gênero que transgridem e desestabilizam as normas hegemônicas e dominantes;
- verificar, nos materiais analisados, o apagamento e a invisibilidade das performances identitárias que não estão de acordo com a matriz de inteligibilidade de gênero.

1.3 Etapas da pesquisa

O primeiro momento desta pesquisa foi o levantamento bibliográfico e leitura sobre a temática em discussão. Conforme Flick (2013, p. 45), “há diferentes formas de conhecimento sobre um tema ligado a diferentes origens sociais e que essas diferenças são um ponto de partida para analisar o próprio tema”. Uma revisão de literatura acerca do tema em estudo é fundamental, visto que as pesquisas qualitativas expõem e refletem essa complexidade, pois há diferentes maneiras de conhecimento sobre a mesma temática, diferentes olhares possíveis sobre um mesmo assunto ou problema. Diante disso, estabeleço problematizações e relações entre estudiosos de gênero, questões de identidade, diferença, teoria queer, sexo e sexualidade.

Em relação à construção da dissertação, inicialmente situo o leitor sobre o motivo para pesquisar tal temática. Nesse início de conversa, exponho e apresento

meu lugar de fala, reflito sobre minha vida pessoal, relações e motivações que me levaram a realizar esta pesquisa.

Faço, também, reflexões teóricas sobre o panorama social e político atual do Brasil, visto que estamos vivenciando diante de uma gestão presidencial e toda uma cúpula política dominante homofóbica, conservadora, machista, racista e essas relações interseccionais – raça, gênero, identidades sexuais, classe social – seguem desprivilegiadas e não amparadas. Isso me motivou mais ainda a desenvolver esta pesquisa, em um momento muito complexo em que as diversidades cultural, política, ideológica, religiosa, sexual e outras são massacradas e não respeitadas.

Posteriormente, discuto sobre os fundamentos da linguagem como prática social. Ela é um instrumento capaz de privilegiar alguns aspectos sociais em detrimento de outros que são invisibilizados. Mostro as manifestações discursivas que afirmam, institucionalizam e legitimam a cis-heteronormatividade como norma dominante e hegemônica. Para tanto, discuto as relações entre gênero, performances identitárias e linguagem, tomando como principal referencial teórico as proposições da filósofa estadunidense Judith Butler (2013), especialmente na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. A partir dessa autora, identificamos como o gênero e a sexualidade se relacionam dentro das práticas discursivas sociais. Após essas teorizações sobre a temática em debate no segundo capítulo, posteriormente, apresento o capítulo de análise.

Como disse no início, a pesquisa se propõe a analisar as performances de identidades e gênero nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio, PNLD 2018/2019/2020 (Programa Nacional do Livro Didático). Como são várias as coleções aprovadas pelo PNLD, optei por analisar a coleção Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso, do ensino médio, em três volumes, de autoria de Carolina Dias Vianna, Christiane Damien e William Roberto Cereja. Neste último capítulo, de análise das performances identitárias de gênero, reporto-me à Análise Crítica do Discurso (ADC), seguindo as ideias propostas por Norman Fairclough, professor emérito de Linguística na Universidade de Lancaster, um dos fundadores da Análise de Discurso Crítica (ADC), que estuda e problematiza as relações de poder nos conteúdos veiculados nas estruturas textuais.

Em *Discurso e Mudança Social*, Fairclough (2001) entende que o discurso gera mudanças na prática social e propõe que sejam consideradas a ideologia, os sentidos, as pressuposições, as metáforas, a hegemonia, as orientações

econômicas, políticas e culturais. O método, em ADC, observa e “tensiona” essas estruturas sociais sustentadas por relações de poder aparentemente normais, mas que naturalizam, institucionalizam e mantêm a ordem ideológica e hegemônica dominantes. Então, a análise foi processada a partir de como se deram esses aspectos ideológicos e como foram constituídos os discursos e as construções de identidade e gênero nos livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio.

O critério para a escolha dessa coleção foi um levantamento no site da Secretaria Estadual de Educação de Goiás das escolas estaduais de Goiânia e Aparecida de Goiânia. Das 105 escolas estaduais observadas, 38 delas usam a coleção mencionada. Por isso, optei em analisá-la, visto que é a mais utilizada pelos profissionais nas escolas. Com base nesta coleção, observo como se dão as construções indenitárias, as performances de gênero, uma vez que o livro didático é uma das principais ferramentas metodológicas utilizadas por professores e professoras em sala de aula. A seguir, apresento uma tabela com os dados da coleção analisada e outra contendo os conteúdos selecionados para a análise.

Quadro 1 – Dados da coleção analisada

Título	Edição	Autoras	Editadora	Ano de publicação
Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso	1ª	William Cereja Carolina Dias Viana Christiane Damien	Saraiva	2016

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

Quadro 2 – Conteúdos selecionados para análise

Ano	Conteúdos selecionados	Textos principais
1º ano do Ensino Médio	Capítulo 1: Literatura, Língua e linguagem, Gêneros do discurso	Produção de texto, O que é gênero do discurso, texto 3 e texto 5, página 29.
1º ano do Ensino Médio	Capítulo 3: Literatura na Baixa Idade Média: o teatro vicentino, Funções da linguagem, O texto teatral	Texto: O que os meninos pensam delas? Páginas 80, 81 e 82.
3º ano do Ensino Médio	Capítulo 3: A geração de 22, Regência verbal, O conto fantástico	Entre textos: texto 1, poema O laço de fita, p. 73.
3º ano do Ensino Médio	Capítulo 3: Literaturas africanas de língua portuguesa e literatura negro-brasileira, Análise linguística: polissemia e ambiguidade, Entrevista de emprego	Foco no texto: texto 1, poema Namoro, página 301.
3º ano do Ensino	Capítulo 2: A geração de 45: João	Texto e enunciação: história em

Médio	Cabral de Melo Neto, Análise linguística: informatividade e senso comum, A dissertação (II)	quadrinhos “Longe de mim ter preconceito, mas” ... página 213.
3º ano do Ensino Médio	Capítulo 1: A literatura brasileira contemporânea, Análise linguística: as diferentes formas de dizer, Verbetes e projeto de pesquisa	Texto Dicionário “Michaelis” muda verbete de casamento após pressão on-line, p. 271.

Fonte: Dados da pesquisa, 2021.

No material selecionado para a análise, verifico e observo as performances identitárias de gênero e como são representadas. Escolho partes dos capítulos e alguns textos e atividades que atendem ao meu propósito, ou seja, que expõem algumas performances identitárias de gênero e ocultam, invisibilizam outras.

Ressalto que, essas páginas selecionadas são as que me dão base para a análise. Nelas, os discursos identitários de gênero são naturalizados e institucionalizados. Ao verificar minuciosamente toda a coleção, o material selecionado é o que mais me embasa para que eu possa mostrar e responder à pergunta de pesquisa.

CAPÍTULO 2

QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO BRASILEIRO NA ATUALIDADE: UMA ANÁLISE CONJUNTURAL A PARTIR DAS TEORIAS QUEER

“Seja qual for a liberdade pela qual lutamos, deve ser
uma liberdade baseada na igualdade”.
(Judith Butler)

Neste capítulo, pretendo contextualizar a realidade social e política brasileira, na contemporaneidade. Proponho-me a trazer à tona algumas reflexões sobre as políticas públicas voltadas para as questões de gênero e identidade, implementadas e tratadas na atualidade, após a virada do centro-esquerda para direita e a questão do Estado laico *versus a visão teocrática* da sociedade. Também, pretendo discutir sobre as políticas para o livro didático no atual governo. Para tanto, as reflexões serão baseadas nas teorias queer e na Análise do Discurso Crítica – ADC. A fim de conseguir traçar essa discussão, é válido dizer que estruturei o capítulo em cinco (6) subseções para organizar melhor a escrita e possibilitar uma reflexão mais sistemática.

2.1 Contextualização da realidade social e política no Brasil na atualidade: a virada do centro-esquerda para a direita, ‘ideologia de gênero’, diversidade e homofobia

Padrões de vida e comportamentos fundados em valores culturais emergidos de ideologias racistas e sexistas em uma sociedade patriarcal e de bases coloniais, foram construídos historicamente e continuam vigentes até os dias atuais, impondo-se como modelos e normas institucionalizados a serem seguidos por todos e todas. Esses padrões incluem forma pré-determinadas de performar a sexualidade humana, e nesse sentido, a heterossexualidade é o molde normalizador. Quem estiver em desacordo com essa norma, logo terá que se ajustar à “matriz correta”.

O modo pelo qual vivenciamos as relações sociais atravessa diretamente esses padrões normativos e, conseqüentemente, as próprias construções sociais. Por ser assim, os discursos de ódio proliferam e se mantêm na sociedade, refletindo e resultando em condições objetivas de conflitos abertos entre os diferentes grupos sociais. Guacira Lopes Louro (2001) nos ajuda a iluminar essa questão, ao afirmar

que a visibilidade dos sujeitos “minorizados”, na prática, exerce resultados contraditórios. Segundo a autora,

por um lado, alguns setores sociais passam a demonstrar uma crescente aceitação da pluralidade sexual e, até mesmo, passam a consumir alguns de seus produtos culturais; por outro lado, setores tradicionais renovam (e recrudescem) seus ataques, realizando desde campanhas de retomada dos valores tradicionais da família até manifestações de extrema agressão e violência física. (LOURO, 2016, p. 28)

As chamadas “minorias” não podem ser assim compreendidas em termos numéricos, como se representassem um número irrisório na sociedade. Na verdade, elas são “minorizadas” pelas estruturas sociais. Suas trajetórias são marcadas pela negação de direitos humanos, sociais e políticos, forjados ao longo dos séculos como consequência de lutas históricas travadas pelos atores sociais em ação. Os sujeitos sexuais não heteronormativos tiveram que lutar pelo reconhecimento de sua própria existência e ainda hoje lutam para existirem com dignidade.

Atualmente, no Brasil, observamos um contexto de crescente desigualdade social e aumento da violência urbana. O cenário é de forte polarização política, ao mesmo tempo em que se intensifica a ofensiva do capitalismo selvagem, retirando da esmagadora maioria trabalhadora, direitos sociais históricos, massacrando a população mais empobrecida do país, que se vê tendo que se sujeitar às mais precárias formas de trabalho para garantir as mínimas condições de sobrevivência. O momento também é crítico para os movimentos organizados de resistência. Grupos conservadores, tradicionalmente fundamentalistas, têm conquistado cada vez mais espaço na política formal brasileira, ocupando instâncias de poder decisivas aos rumos do país.

Por outro lado, o crescente ativismo político conservador entre os religiosos, especialmente os ligados ao neopentecostalismo e ao fundamentalismo cristão, não raras vezes também acompanhado por setores laicos da sociedade, tem encontrado um instrumento retórico e persuasivo em torno do discurso incoerente da chamada “ideologia de gênero”, a partir do qual buscam mobilizar as massas, os setores políticos e sociais da sociedade. Partindo dessa perspectiva, esses conservadores enfatizam práticas discursivas preconceituosas e discriminatórias, expressando visões de mundo autoritárias e intolerantes, reforçando papéis e hierarquias sociais, e outras questões há tempos superadas nos espaços acadêmicos. Nas palavras de Junqueira (2018),

Essa cruzada implica intensa mobilização política e discursiva em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, de uma assim dita “primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos”, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais. (JUNQUEIRA, 2018, p. 451)

É preciso compreender, também, que a tal “ideologia de gênero”, como se refere Junqueira (2018), não é uma simples ideia preconizada pelo senso comum, mas faz parte de um projeto de poder para a sociedade. Ela assume certa centralidade no cenário político nacional, à medida que cria um inimigo comum a ser combatido, criando, igualmente, a necessidade de uma figura política, um “herói nacional”, capaz de destituir aquilo que seria, dentro do discurso proferido pelos ultraconservadores, uma verdadeira ameaça aos valores da família tradicional brasileira, reafirmando, por sua vez, a família branca, cristã, heterossexual, da classe média como único modelo e padrão a ser seguido e tolerado.

Notadamente, nessas ofensivas engajam-se setores e grupos interessados em promover uma agenda política moralmente regressiva, especialmente (mas não apenas) orientada a conter ou anular avanços e transformações em relação a gênero, sexo e sexualidade, além de reafirmar disposições tradicionalistas, pontos doutrinários dogmáticos e princípios religiosos “não negociáveis”. Na esteira dessas investidas, constroem-se discursos inflamados com vistas a produzir ou a alimentar pânico moral. (JUNQUEIRA, 2018, p. 451)

Dentro desse contexto de franca ofensiva antigênero, “feministas radicais”, LGBTQIA+, políticos de esquerda e as escolas teriam o objetivo de induzir crianças e adolescentes à chamada “ideologia de gênero”, promovendo uma educação doutrinadora. Assim, por meio de discursos ludibriadores, que enfatizam a igualdade entre os sexos e a defesa dos direitos humanos, esses grupos estariam promovendo a difusão de uma imposição ideológica acerca dos papéis sociais de gênero (JUNQUEIRA, 2018).

É importante destacar que os problemas de gênero não são essa “ideologia de gênero”, que esses conservadores querem nos fazer acreditar, eles, especialmente os religiosos, cunharam ao termo gênero a nomeação “ideologia” para contrapor ao que é científico ou verdadeiro. A noção de ideologia que eles adotam é a que Karl Marx elaborou como sendo um falseamento da realidade: um

conjunto de discursos com a finalidade de fazer aparentar os interesses da classe dominante, assim, quando se diz que todos são iguais perante a lei, não é bem desse modo, devido às diferentes classes sociais. Por esse truque linguístico ao mesmo tempo, combatem os estudos de gênero e o que entendem como marxismo.

Gênero é uma categoria histórica de análise das relações sociais e de poder. E é justamente em razão disso, da sua força enquanto instrumento de contestação das relações de poder, que essa categoria tanto amedronta os conservadores reacionários, que visam manter intactas as estruturas de dominação, francamente baseadas na divisão binária e hierárquica dos papéis sociais entre homens e mulheres. A “ideologia de gênero”, por outro lado, jamais se referiu a uma categoria de estudo, tampouco se constitui um objeto da pesquisa histórica (VÁZQUEZ, 2017).

Pensar as questões de gênero na sociedade não se trata de uma imposição, mas de uma necessidade social. Assim como qualquer outra categoria social, o gênero não emerge do vazio, mas anda em consonância com o movimento concreto dos atores históricos, com a prática da vida em sociedade. Os estudos de gênero e sua aplicação analítica e conceitual não antecedem os papéis sociais atribuídos culturalmente aos sexos, mas surgem como uma perspectiva de estudá-los em suas dimensões sócio-históricas. Não se trata de negar as diferenças corporais e sexuais entre homens e mulheres e, sim, de ressaltar o caráter sociocultural dessas diferenças.

Como destaca Margareth Rago (2001), homens e mulheres desfrutam de aportes específicos na construção da cultura e da linguagem que, longe de serem aportes biológicos, são marcados pelas diferenças de gênero vivenciadas ao longo de suas vidas. Ainda de acordo com essa autora,

Uma vez que a inserção social e cultural específica têm levado as mulheres a exercerem práticas sociais diferenciadas das dos homens, elas constroem uma memória e uma relação com a vida sexualmente muito diferenciada. E, se bem que as diferenças de gênero não respondam por todas as diferenciações que marcam os processos mnemônicos de mulheres e homens, é visível que cada gênero se organiza e se inscreve socialmente à sua maneira, redesenhando e ressignificando seu próprio passado, configurando seu próprio discurso e construindo sua autoimagem. (RAGO, 2001, p. 19-20)

Assim, é bom salientar que, conforme Vázquez (2017), os estudos de gênero não têm a intenção de modificar a sexualidade dos indivíduos, mesmo porque suas pesquisadoras e pesquisadores não acreditam que tais aspectos sejam modificáveis

a qualquer custo como nos querem fazer acreditar seus detratores. O que não é evidenciado pelos contrários aos estudos de gênero, esses não dizem é que o Brasil está atualmente entre os dez países com maior taxa de violência contra a mulher, ocupando a quinta posição no ranking mundial. No ano de 2016, 4.645 mulheres foram assassinadas no país. Em 2018, foram 536 casos de violência por hora no país. Os ultraconservadores se omitem diante das perversas estatísticas que nos provam que as mulheres negras e pardas são as maiores vítimas de feminicídio (CERQUEIRA et al., 2018). É importante ressaltar também que os homens, especialmente negros e pobres, morrem em números avassaladores e suas mortes também têm um recorte de gênero: a associação homem-violência, constitutiva de um certo ideal de masculinidade, isso, favorece o maior envolvimento dos homens com vários tipos de violência, física especialmente.

Essas pessoas que rechaçam qualquer discussão baseada em noções de gênero como categoria social não querem enxergar que o Brasil é o país que mais mata homossexuais no mundo: foram 445 casos de assassinatos registrados só em 2017. Entre 2008 e 2016, o país matou pelo menos 868 travestis e transexuais, liderando o ranking de assassinatos de pessoas transgêneras. Esses números são reflexos da ausência de investimentos públicos em políticas efetivas de combate à violência de gênero, do descaso com que as autoridades lidam com o quadro de violência, somados aos inúmeros preconceitos imersos na sociedade.

Professoras e professores, sobretudo das áreas das ciências humanas, passaram a ser os principais alvos dessa retórica de combate à “ideologia de gênero” que, na prática social, tem se traduzido em uma verdadeira perseguição a esses profissionais. Acusados de doutrinadores, escolas e docentes em sintonia com essa “teoria” aparecem como os grandes inimigos nacionais.

[...] parece ser onde eles têm encontrado mais facilidade para obstruir propostas inclusivas, antidiscriminatórias, voltadas a valorizar a laicidade, o pluralismo, a promover o reconhecimento da diferença e a garantir o caráter público e cidadão da formação escolar. Tais propostas são denunciadas como “ameaça à liberdade de expressão, crença e consciência” das famílias, cujos valores morais e religiosos seriam inconciliáveis com as normativas sobre direitos humanos, impostas por governos e organismos internacionais. Escolas e docentes sintonizados com a “ideologia de gênero” visariam usurpar dos pais o protagonismo na educação moral e sexual de crianças e adolescentes para instilar-lhes a *propaganda gender* e doutriná-los conforme crenças e valores de um sistema de “pensamento único”, hermético, deliberadamente ambíguo, sedutor, enganoso, danoso e manipulador da natureza humana. (JUNQUEIRA, 2018, p. 453)

Isso marca retrocessos não apenas nas políticas de inclusão e igualdade social e de gênero, como também nas próprias práticas coletivas, ao constituir todo um aparato institucional que legitima o autoritarismo, o controle sobre os corpos, a repressão contra a pluralidade do pensamento político.

Legitimam-se, igualmente, manifestações sociais de ódio direcionadas, sobretudo, a grupos minorizados e subalternizados. O resultado é desumano, causando, como consequência, manifestações de todo tipo de violência. Vê-se na nossa sociedade contemporânea um quadro ainda mais preocupante de violência social e de ataques diretos à liberdade de expressão e pensamento, às diferentes formas de vivenciar a sexualidade e expressar a afetividade ou performar as identidades de gênero subjetivas. Estudiosas e estudiosos das mais diversas áreas apontam para os inúmeros novos desafios colocados à frágil democracia do país.

É dentro de um contexto sociopolítico mais amplo que deve ser compreendida a realidade de sujeitos que historicamente encontram-se sobrevivendo às margens da sociedade, muito mais vulneráveis a toda forma de violência urbana e desumanização das relações sociais. Desse lado da arena sociopolítica estão inseridos os indivíduos considerados “estranhos” aos discursos moralizadores, cuja existência não corresponde aos padrões heteronormativos preconizados pelas regras regulamentadoras da sexualidade. Corpos que não se encaixam nos padrões tidos como normativos são vistos como desajustados e indesejados aos olhos da sociedade.

Aos indivíduos cujas identidades não estão de acordo com os padrões esperados para o gênero, são reservados, ainda hoje, na sociedade, processos profundos de marginalização, minorização, subalternização, discriminação e negação do direito à vida e à dignidade humana. Emergem daí, desde a não aceitação familiar até o abandono emocional e a negação de todos os direitos elementares – sociais, políticos, econômicos, jurídicos etc. É certo que transformações estruturais requerem tempo e muita luta política.

Paralelamente, pode-se falar de importantes avanços, sobretudo, no âmbito jurídico. Em junho de 2019, houve uma conquista histórica para os movimentos LGBTQIA+, para todos os indivíduos discriminados por exercer sua sexualidade fora dos padrões. O Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela criminalização da homotransfobia, que passou a ser punida dentro da Lei de Racismo (7716/89).

Trata-se de uma das pautas mais reivindicadas pelos movimentos LGBT de libertação e afirmação no país.

A lei não se encerra em seus termos formais; ela também acompanha a dinâmica do movimento concreto da sociedade. O fato de existir uma lei que vise punir criminosos homofóbicos não garante que ela seja posta em prática com efetividade, não em um país cujo Judiciário é marcado pela impunidade e o sistema carcerário fadado ao fracasso. Tampouco tal medida, a despeito de tudo que ela representa enquanto uma luta histórica dos movimentos políticos, provoca mudanças significativas no imaginário social, nos valores arraigados, se não concorre com outras tarefas imediatas de conscientização da sociedade.

A difusão de espaços e os avanços legais em termos de questões relacionadas à homossexualidade, às identidades de gênero não binárias, não garantiu que concepções arraigadas em nossa sociedade desaparecessem por completo. Ainda são fortes as representações negativas em torno das sexualidades não heterossexuais. Há, igualmente, um forte apelo moral cristão que permanece sendo amplamente difundido na sociedade. Trata-se de uma falsa moralidade construída convenientemente sobre interpretações particulares de cunho fundamentalista, preceitos cristãos, os quais privilegiam uma visão de mundo e de sociedade – a hegemonia branca, cristã, heteronormativa.

Percebe-se que as questões que envolvem as múltiplas identidades de gênero, ainda hoje, não conseguiram adentrar os espaços institucionais da política, lugar onde a execução do poder é patente e isso irá refletir, inclusive, na reduzida presença de homossexuais, lésbicas, transexuais e outras categorias não cis-heteronormativas, ocupando cargos formais do poder político. A inserção desses atores em espaços da política formal, quando isso acontece, convive com uma série de mecanismos que os excluem das esferas dirigentes de maior visibilidade e prestígio, evocando, dessa forma, uma lógica que ainda os mantém num lugar de subordinação social e política.

Neste contexto mais amplo, a lei que criminaliza a homotransfobia atuará, e não pode fazê-la de outro modo, dentro dos limites da ordem em vigor. No fim, ela não contesta as estruturas, não propõe uma alternativa ao sistema que está posto, não se rebela. Sua existência evidencia que crimes homofóbicos têm raízes socioculturais históricas. De acordo com essa lei, homofobia é crime de ódio e um atentado às liberdades democráticas do país. Reconhecer isso é parte importante do

processo, mas não resolve, em seu âmago, o fato de que pessoas são agredidas e assassinadas em razão de suas identidades não heterossexuais.

A heteronormatividade ainda corresponde à norma social dominante e hegemônica. Ela nos é apresentada como inerente às relações humanas. Enquanto sujeitos políticos e sociais interagimos em sociedade. Essa interação jamais é pura ou inocente. Não existe nada de tão individual no que nos tornamos que não perpassa pelo filtro da coletividade. O modo pelo qual pensamos e vivenciamos as relações sociais atravessa diretamente os padrões normativos e, conseqüentemente, as próprias construções da heteronormatividade, pois de tão arraigados na sociedade, contestá-los ainda é um desafio. Assim, somos sociabilizados para nos reconhecer dentro da ordem heterossexual vigente. Esse processo de sociabilização heteronormativo se impõe ao longo de toda a nossa vida.

A heteronormatividade se sustenta em instituições sociais disciplinadoras (família, escola, imprensa, mídia, leis, igrejas etc.) que criam, estabelecem, reforçam a heterossexualidade compulsória como a única forma legítima de vivenciar o desejo e o prazer. Como um dos campos de centralidade da produção e reprodução de práticas e saberes, a educação é uma dessas instituições sociais responsáveis por elaborar e reelaborar o mundo de acordo com os parâmetros socioculturais vigentes. Alinhada com a família, a escola ocupa um lugar fundamental dentro do processo de socialização dos sujeitos, porque em muitos casos é a forma primeira de contato desses atores com o mundo exterior ao seio familiar.

2.2 Políticas de gênero e identidade e educação escolar

A experiência de viver (n)a diversidade não é fácil e, geralmente, representa um desafio a quem se propõe ou é impelida/o a experimentar situações de convivência em situações e contextos diversos. Isto se dá, muitas vezes, pelo desconhecimento da complexidade que é o ser humano e o desconhecido gera insegurança, desconforto e, em casos extremos, reações violentas – sejam psíquicas ou físicas – contra o “diferente”, “anormal”, “estranho” e até “monstruoso”.

As construções sociais são voltadas para essa cis-heteronormatividade. Assim, as identidades sexuais que transgridem esses padrões sofrem muitas agressões verbais e psicológicas por não serem compreendidas ou representadas de maneira digna ou aceita. Desse modo, a escola, por seu papel de grande

importância na constituição de uma sociedade, tem uma função ímpar, por ser uma das instituições que podem propagar ações de celebração, respeito e convivência com essa diversidade, seja ela qual for.

Os sujeitos “minorizados”, mesmo estando presentes em todos os ambientes, não têm o direito de viver e se reconhecer ou assumir suas verdadeiras identidades, porque ainda se sentem desconfortáveis, visto que a constituição social é institucionalizada e normalizadora. Esses sujeitos, portanto, não se veem representados nessa sociedade como ela é estruturada.

Profissionais da educação lidam frequentemente com sujeitos que apresentam performances distintas em todos os aspectos culturais, religiosos, de gênero. Então, a escola, ao oferecer um ensino crítico e questionador, pode proporcionar uma formação que leve em conta essa diversidade identitária.

As políticas públicas voltadas para a diversidade existem, dentre elas, pode-se elencar a Constituição Federal (1988), a LDB, Lei de Diretrizes e Bases Educacionais (1996), o Programa Nacional de Direitos Humanos II (2002), o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2003), o Plano Nacional de Políticas para as mulheres II (2007) e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos de LGBT (2009). Essa legislação garante a todos a oferta de um ensino público que seja múltiplo e inclusivo, visto que a sociedade é diversificada em todos os aspectos.

Então, debater temas na escola, relacionados às distintas performances identitárias e de gênero é fundamental para minimizar e diminuir o preconceito em relação aos sujeitos minorizados. Tais temáticas são difíceis de serem problematizadas, discutidas, devido à ordem social ainda ser dominante e hegemônica. Segundo essa lógica, Louro (2013, p. 47) enfatiza que “as diferenças de sexualidade e de gênero que são atribuídas às mulheres e aos sujeitos homossexuais são significadas e marcadas discursivamente”. Ainda conforme essa autora,

Os discursos produzem uma verdade sobre os sujeitos e sobre os seus corpos (...) os discursos traduzem-se, fundamentalmente, em hierarquias que são atribuídas aos sujeitos e que são, muitas vezes, assumidas pelos próprios sujeitos. Por isso, para educadoras e educadores importa saber como se produzem os discursos que instituem diferenças, quais os efeitos os discursos exercem, quem é marcado como diferente, como os currículos e outras instâncias pedagógicas os sujeitos, que possibilidades, destinos e restrições a sociedade lhes atribuem. (LOURO, 2013, p. 49).

Mesmo que a sociedade e as instituições sociais ainda mantenham essa ordem discursiva vista como “verdadeira”, nos ambientes escolares os/as profissionais da educação necessitam desestabilizar e problematizar as identidades sexuais, uma vez que elas não são fixas e não são somente os modelos hegemônicos cis-heteronormativos que existem. Portanto, as identidades de gênero assumem performances diversas, ou seja, “a etnia e a raça, o gênero, a sexualidade, a incapacidade física, a justiça social e as preocupações ecológicas produzem novas formas de identificação” (SILVA, 2019, p. 32).

A vida moderna exige novos olhares, novos pensamentos em relação às identidades sexuais e de gênero. As normas inteligíveis de identidades estão sendo questionadas, visto que são múltiplas as tensões em torno delas. Essas indagações ocorrem porque se constroem padrões de identidades a serem seguidos e quem estiver em desacordo com essa inteligibilidade pode ser constituído como anormal, estranho ou desviante. Então, é necessário compreender as distintas performances de gênero nas esferas à luz das conceituações atuais. Furlani (2008) concorda com esses questionamentos ao afirmar que é papel da escola desestabilizar as normas, as verdades únicas, as hegemonias sexuais e de gênero. Conforme Junqueira (2009, p. 36),

A escola é um espaço no interior do qual e a partir do qual podem ser construídos novos padrões de aprendizado, convivência, produção e transmissão de conhecimento, sobretudo se forem ali subvertidos ou abalados valores, crenças, representações e práticas associados a preconceitos, discriminações e violências de ordem racista, sexista, misógina e homofóbica.

A escola tem a difícil tarefa de superar barreiras para diminuir o preconceito e, realmente, incluir os sujeitos minorizados; ela é um espaço de diálogo, de desestabilização das verdades hegemônicas. Mas, os debates acerca do gênero não são colocados em prática nos ambientes educacionais, mas deveria. Em 2004, foi criado o Programa Brasil sem Homofobia que tem como um de seus princípios

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias. (BRASIL, 2004, p. 11).

A partir desse princípio fica evidente a importância em se debater tais temáticas na escola. Ainda de acordo com esse programa, “a educação, enquanto elemento transformador e renovador da sociedade, deve ser discutida no contexto particular das preocupações sociais do nosso tempo e da nossa sociedade” (BRASIL, 2004, p. 30).

Os programas Escola Sem Homofobia e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos, visam e reforçam a necessidade de se debater as temáticas inclusivas relacionadas à diversidade identitária e de gênero, reforçando a implementação das ideias sugeridas pelo programa Brasil Sem Homofobia de 2004. O Programa Brasil Sem Homofobia possui como princípios:

A inclusão da perspectiva da não-discriminação por orientação sexual e de promoção dos direitos humanos de gays, lésbicas, transgêneros e bissexuais, nas políticas públicas e estratégias do Governo Federal, a serem implantadas (parcial ou integralmente) por seus diferentes Ministérios e Secretarias;

A produção de conhecimento para subsidiar a elaboração, implantação e avaliação das políticas públicas voltadas para o combate à violência e à discriminação por orientação sexual, garantindo que o Governo Brasileiro inclua o recorte de orientação sexual e o segmento GLTB em pesquisas nacionais a serem realizadas por instâncias governamentais da administração pública direta e indireta;

A reafirmação de que a defesa, a garantia e a promoção dos direitos humanos incluem o combate a todas as formas de discriminação e de violência e que, portanto, o combate à homofobia e a promoção dos direitos humanos de homossexuais é um compromisso do Estado e de toda a sociedade brasileira (CONSELHO, 2004, p. 11-12).

Esse programa é constituído por diversas questões relacionadas à diversidade sexual. Ele tem como objetivo promover o respeito à diversidade sexual e combater as inúmeras violações dos direitos humanos de LGBTQIA+. Acerca desse programa, Daniliauskas (2011, p. 18) afirma que ele é um

marco no reconhecimento da discriminação contra LGBT e da necessidade de o Estado desenvolver um conjunto amplo de ações para superar tal situação. A execução dessas ações envolve e articula todos os ministérios e secretarias de governo federal, ativistas e movimentos sociais, participando da elaboração, implementação e monitoramento das políticas propostas pelo Programa.

Entretanto, todos esses programas e planos não passaram de meras expectativas e utopias, visto que não foram implantados, muito menos debatidos pela classe educadora, uma vez que ainda existe muito conservadorismo em todas

as esferas sociais. Após o ano de 2016, com a virada política em nosso país, diante do golpe político que resultou na deposição da presidenta Dilma Rousseff, tais políticas foram e estão sendo mais massacradas. Assim, escrevo esta dissertação num momento em que a administração do país propaga o ódio, a intolerância e o desrespeito em relação à comunidade LGBTQIA+. Nas escolas, não é diferente, o atual governo quer massacrar e desconstruir as leis de inclusão social em todos os aspectos. Então, eu, como pesquisador e educador, procuro lutar por mais inclusão e acredito que as escolas e os profissionais devem e precisam cumprir com um ensino questionador para fomentar mais justiça social e compreensão em relação às distintas performances identitárias de gênero, para que possamos ter uma sociedade mais justa, compreensiva e equânime.

2.3 Linguagem com prática social e cis-heteronormatividade

A discussão acerca da linguagem levantada por Mikhail Bakhtin, filósofo russo do século XX, se deu, sobretudo, no campo da Linguística, na teoria social marxista e na Psicologia. Em *Marxismo e filosofia da linguagem* (2006), uma de suas obras mais notáveis, cujas primeiras edições são datadas de 1929 e 1930, Bakhtin coloca o problema da filosofia da linguagem como uma das tarefas mais urgentes à teoria marxista. Faz isso sem isolar o problema de outras abordagens históricas, como a psicologia, a comunicação, a crítica literária, a pedagogia da língua, a semiótica, os estudos dos signos ideológicos, além de outros fundamentos que para ele são cruciais na compreensão da organização social.

Isso diz muito sobre a perspectiva empreendida pelo próprio autor, que se preocupa em estudar as formas pelas quais os fenômenos linguísticos se relacionam reciprocamente com outras formas do conhecimento humano. Esse ponto é de grande relevância em suas formulações teóricas: a linguagem não é entendida aqui como um sistema simples, isolado. Ela é um instrumento estruturante da sociedade, e um meio pelo qual se estudam as interações humanas em toda a sua complexidade.

Para tanto, nesse livro especificamente, Bakhtin parte de um questionamento muito caro ao campo dos estudos do marxismo, tratando de problematizar “em que realce a linguagem determina a consciência, a atividade mental; em que medida a ideologia determina a linguagem”? (BAKHTIN, 2006, p. 14). Esse é o fio que conduz

Bakhtin e que reitera uma tese bastante conhecida entre os marxistas, de que nada na consciência é puramente individual. Toda a sua estrutura é moldada a partir das experiências dos atores sociais. Essas experiências, por sua vez, jamais são isoladas da materialidade objetiva; elas são frutos de interações coletivas, se constituem dentro das relações sociais. Quer dizer, “a consciência individual não só nada pode explicar, mas, ao contrário, deve ela própria ser explicada a partir do meio ideológico e social” (BAKHTIN, 2006, p. 33).

No entanto, o ideológico enquanto tal não pode ser explicado em termos de raízes supra ou infra-humanas. Seu verdadeiro lugar é o material social particular de signos criados pelo homem. Sua especificidade reside, precisamente, no fato de que ele se situa entre indivíduos organizados, sendo o meio de sua comunicação. (BAKHTIN, 2006, p. 33)

Toda atividade mental não existe por si só, deriva do que é exterior, e “adquire forma e existência nos signos que são criados por um determinado grupo, no curso das relações sociais” (BAKHTIN, 2006, p. 34). Embora a consciência individual absorva a ideologia como sendo sua propriamente dita, fora da materialidade concreta a consciência não resiste. “A imagem, a palavra, o gesto significativo, etc. constituem o seu único abrigo” (BAKHTIN, 2006, p. 34). A fonte originária da ideologia não se encontra na consciência individual (BAKHTIN, 2006, p. 45), porque é somente no processo de interação social que a consciência individual se torna de fato consciência.

Os signos só emergem, decididamente, do processo de interação entre uma consciência individual e uma outra. E a própria consciência individual está repleta de signos. A consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social. (BAKHTIN, 2006, p. 32)

Percebemos que, em Bakhtin, o signo ideológico jamais será abstrato. Ele é produto material e social e não deriva de uma consciência, é resultado da ação concreta dos indivíduos. Quer dizer também que toda produção ideológica é, ela própria, uma produção material, porque produz determinada ordem social e política, essa mesma ordem que nos é apresentada como hegemônica, como se fosse a única possível dentro da sociedade. O signo ideológico não apenas reflete a realidade, ele faz parte dela: constitui, constrói e participa da realidade (BAKHTIN, 2006, p. 31). Assim, o autor entende que

cada signo ideológico é não apenas um reflexo, uma sombra da realidade, mas também um fragmento material dessa realidade. Todo fenômeno que funciona como signo ideológico tem uma encarnação material, seja como som, como massa física, como cor, como movimento do corpo ou como outra coisa qualquer. Nesse sentido, a realidade do signo é totalmente objetiva e, portanto, passível de um estudo metodologicamente unitário e objetivo. Um signo é um fenômeno do mundo exterior. (BAKHTIN, 2006, p. 31)

Este autor resgata a produção material da ideologia e situa a ideologia na superestrutura, em determinação mútua com a base – produção econômica. O sistema econômico se serve dos aparatos ideológicos para se manter intacto. A ordem social e política, fundamentada ideologicamente, o legitima e, conseqüentemente, mantém a classe dominante no poder. A superestrutura, portanto, não se acha meramente subordinada à infraestrutura; uma atua sobre a outra, dialeticamente. Desse modo, ele se afasta de uma proposição do marxismo ortodoxo segundo a qual a superestrutura seria determinada enquanto que a infraestrutura (a base) seria determinante.

Para propagar a ideologia hegemônica, a classe dominante investe esforços materiais concretos: imprensa, escolas, templos religiosos, etc. Como destaca Raymons Williams,

[...] qualquer classe dominante dedica uma parte significativa da produção material ao estabelecimento de uma ordem política. A ordem social e política que mantém o mercado capitalista, como as lutas sociais e políticas que o criaram, é necessariamente uma produção material. Dos castelos, palácios e igrejas até as prisões, oficinas e escolas; das armas de guerra até uma imprensa controlada: qualquer classe dominante de várias maneiras, mas sempre materialmente, produz uma ordem social e política. Tais atividades não são nunca superestruturais. São a produção material necessária dentro da qual só um modo aparentemente auto sustentável de produção pode ser realizado. (WILLIAMS, 1979, p. 96)

Esse sistema, no entanto, não é imutável. Ele é passível da atuação transformadora dos sujeitos. Essa ação, apesar de movimentada por vários fatores individuais, é mobilizada no interior da força coletiva. Bakhtin (2006) trouxe para o centro de sua abordagem temática a linguagem. Ao projetá-la para o primeiro plano, esse autor está particularmente atento ao papel específico que ela cumpre no conjunto da vida social, aos significados que a palavra assume quando em contato com a realidade objetiva e com o movimento concreto da sociedade. É justamente nesse processo que devemos captá-la. Para ele, “a palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2006, p. 34). Ainda de acordo com o filósofo,

a palavra acompanha e comenta todo ato ideológico. Os processos de compreensão de todos os fenômenos ideológicos (um quadro, uma peça musical, um ritual ou um comportamento humano) não podem operar sem a participação do discurso interior. Todas as manifestações da criação ideológica – todos os signos não-verbais – banham-se no discurso e não podem ser nem totalmente isoladas nem totalmente separadas dele. [...] Um ritual religioso não pode ser inteiramente substituído por palavras. Nem sequer existe um substituto verbal realmente adequado para o mais simples gesto humano. [...], todavia, embora nenhum desses signos ideológicos seja substituível por palavras, cada um deles, ao mesmo tempo, se apoia nas palavras e é acompanhado por elas, exatamente como no caso do canto e de seu acompanhamento musical. (BAKHTIN, 2006, p. 36)

Falar e escrever constitui o objeto de construção da vida social. “A fala está indissoluvelmente ligada às condições da comunicação que, por sua vez, estão sempre ligadas às estruturas sociais” (BAKHTIN, 2006, p. 15). Quer dizer que “estas formas de interação verbal se acham muito estreitamente vinculadas às condições de uma situação social dada e reagem de maneira muito sensível a todas as flutuações da atmosfera social” (BAKHTIN, 2006, p. 41).

Bakhtin interessa-se pelos fenômenos da fala, da enunciação, e destaca que o ato da linguagem não é um ato meramente subjetivista, orgânico (biológico), individual ou idealista, pois a linguagem está carregada de sentido social e igualmente produz ações concretas na sociedade. Cada época e cada grupo social desenvolve seu próprio repertório discursivo, repleto de códigos, por meio dos quais estruturam seu próprio cotidiano, suas próprias experiências, imbricadas nos processos do pensamento cognitivo.

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da *interação verbal*, realizada através da *enunciação* ou das *enunciações*. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua. O diálogo, no sentido estrito do termo, não constitui, é claro, senão uma das formas, é verdade que das mais importantes, da interação verbal. Mas pode-se compreender a palavra “diálogo” num sentido amplo, isto é, não apenas como a comunicação em voz alta, de pessoas colocadas face a face, mas toda comunicação verbal, de qualquer tipo que seja. (BAKHTIN, 2006, p. 125, grifos no original).

A situação social imediata, bem como o meio social em que o indivíduo se encontra, intervêm diretamente no processo de formação e desenvolvimento do seu repertório. O nível de acesso à educação e cultura, as formas disponíveis de conhecimento, a construção dos valores morais, o caráter da orientação social, por

exemplo, são fatores que ampliam ou restringem esse repertório. Esses fatores, por sua vez, estão estritamente condicionados pela posição e espaço que o sujeito ocupa na sociedade, posição econômica, posição de classe. “Não se pode dissociar a comunicação e suas formas de sua base material”, informa Bakhtin.

Assim, a teoria da expressão subjacente ao subjetivismo individualista deve ser completamente rejeitada. O *centro* organizador de toda enunciação, de toda expressão, não é interior, mas exterior: está situado no meio social que envolve o indivíduo. Só o grito inarticulado de um animal procede do interior, do aparelho fisiológico do indivíduo isolado. É uma reação fisiológica pura e não ideologicamente marcada. Pelo contrário, a enunciação humana mais primitiva, ainda que realizada por um organismo individual, é, do ponto de vista do seu conteúdo, de sua significação, organizada fora do indivíduo pelas condições extra orgânicas do meio social. A enunciação enquanto tal é um puro produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação imediata ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística. A enunciação individual (a “parole”), contrariamente à teoria do objetivismo abstrato, não é de maneira alguma um fato individual que, pela sua individualidade, não se presta à análise sociológica. (BAKHTIN, 2006, p. 123-124, grifos meus).

Assim, a linguagem é arena de disputas, de lutas sociais, lutas de classe. Os discursos estabelecem normas sociais vigentes responsáveis por criar e manter o poder hegemônico. A forma como vivemos em sociedade não é natural, como podemos observar; ela é criada, arquitetada e atualizada nos diferentes contextos a partir também de nossas práticas discursivas.

Quanto maior o poder de um grupo social, maior é a sua capacidade de difusão ideológica, de propagação dos discursos, e muito mais fácil a imposição de suas ideias, visando à manutenção da ordem dominante que exerce controle sobre os dominados sob diversas formas, e uma delas é através da cultura e da linguagem. “A comunicação verbal, inseparável das outras formas de comunicação, implica conflitos, relações de dominação e de resistência, adaptação ou resistência à hierarquia, utilização da língua pela classe dominante para reforçar seu poder etc.” (BAKHTIN, 2006, p. 15). Embora pouco perceptível, a linguagem e o discurso perpassam por relações de poder que, por sua vez, atravessam todo o nosso cotidiano.

Bell hooks (2008) dialoga com Bakhtin (2006) quando afirma que a linguagem ocupa um lugar nas relações de poder, nas hierarquias sociais. Precisa, no entanto, de uma ressignificação dos usos e signos linguísticos para uma possível emancipação das classes “oprimidas”, “minorizadas”. Os não cis-heteronormativos

precisam falar por si só, necessitam mostrar a verdade conforme seus “eus”, para tentar ter igualdade de poder. Mas essas vozes são silenciadas. Conforme hooks (2008, p. 859), continuam “necessitando da língua do opressor para falar uns com os outros.”

Por ser assim, essas diferentes vozes devem ser reconhecida; devemos mudar as maneiras convencionais de pensar a linguagem. “Mudar a maneira como nós pensamos sobre a linguagem e com nós a usamos necessariamente altera a maneira como nós sabemos o que nós sabemos”. (HOOKS, 2008, p. 862).

2.3.1 Para refletir a cis-heteronormatividade a partir da linguagem

Vimos em Mikhail Bakhtin que todo indivíduo, ao aprender a falar, escrever, comunicar-se, informar, etc. aprende a partir de uma determinada realidade social, que lhe é anterior, dentro da qual está inserido e sob condições materiais as quais não escolhe. Mas a linguagem é, ela também, orientada. Os discursos moldam, estabelecem e propagam normas, bem como estão direcionados à normatividade.

Historicamente, práticas discursivas legitimaram uma série de ordenamentos que estão em vigor. Nessa direção, os discursos acerca da feminilidade e da masculinidade, a partir de uma oposição binária entre os sexos, exercem um papel histórico fundamental na construção da realidade social. O uso da categoria analítica gênero assinala que tanto homens quanto mulheres são produtos de um conjunto de ordenações responsáveis por transformar diferenças tidas como biológicas em desigualdades sociais.

Funções biológicas como menstruar, reproduzir, amamentar não deveriam colocar as mulheres em posição inferior aos homens se não fosse pelo modo como essas atividades foram concebidas socialmente, ocupando a base do processo classificatório que organiza a sociedade segundo hierarquias binárias de gênero. Essas construções sociais foram responsáveis por determinar de forma dicotômica os lugares do masculino e do feminino, identificados respectivamente com o público e o privado.

Como situou Joan Scott,

Quando falo de gênero, quero referir-me ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se refere apenas às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas quotidianas, como também aos rituais e a tudo que constitui as relações sociais. O discurso é um instrumento de ordenação do mundo, e mesmo não sendo anterior à organização social, ele é inseparável

desta. Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade. A diferença sexual não é a causa originária da qual a organização social poderia derivar. Ela é antes uma estrutura social movente, que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1998, p. 114)

Desde a Antiguidade, uma diversidade de discursos tem sido construída no sentido de legitimar as desigualdades de gênero como algo inerente à condição humana, camuflando seu caráter sociocultural. Nesse sentido, por exemplo, o discurso da moral cristã, polido pela educação, ocupou um lugar fundamental na produção e reprodução das desigualdades de gênero.

A Igreja Católica cuidou de criar no imaginário social o tipo ideal da mulher honesta, “impondo um estatuto de celibato e castidade” e incitando às práticas virtuosas de obediência, resignação, complacência e subordinação em nome da honra feminina. Conforme Losandro Antonio Tedeschi,

Esses símbolos e representações construídos pela moral católica, muitas vezes ainda é um modo de designar papéis e posições de gênero, assim como para criar representações femininas - a Eva pecadora e a Virgem Maria assexuada, imagem paradoxal que acompanha a história corporal das mulheres. Os criadores desses discursos filosófico-religiosos são homens, que representam através da linguagem, numa relação de poder, o gênero feminino. (TEDESCHI, 2012, p. 17)

Assim, na linguagem artística, por meio das pinturas ou fotografias que buscaram retratar a mulher pacífica, ora sentada à janela, ora ao lado do marido e da família, por meio dos discursos filosóficos dos séculos XVIII e XIX, segundo os quais as mulheres eram dotadas em essência de uma racionalidade difusa, sendo necessário serem tuteladas pela figura racional masculina, os sistemas discursivos ocuparam lugar fundamental nos processos constitutivos das várias formas de desigualdades.

A linguagem é, portanto, também o lugar da dominação masculina. É ela própria marcada pelo gênero. Um exemplo básico disso é que um grupo formado por cinco mulheres e um único homem sempre vai ser referido como “eles”, ao invés de “elas”. Essa primazia masculina na linguagem foi amplamente questionada pelas feministas já nas décadas de 1960 e 1970.

Outro ponto a ser problematizado é que o que diz e faz uma mulher, a forma como age, o modo como se veste, como se comporta, são julgados a partir do que a sociedade espera de um comportamento feminino. “O ser mulher” obedece a uma

série de regras socioculturais. Judith Butler concorda com Simone de Beauvoir quando essa informa que “não se nasce mulher, torna-se mulher”, no sentido de que nunca se pode “tornar mulher definitivamente”. Isso porque “mulher é um termo em processo”, de que não se pode concluir que tenha uma origem ou um fim. “Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2003, p. 59).

Esse comportamento também é projetado à sua sexualidade. De acordo Butler (2013), a unidade de gênero é o efeito de uma prática reguladora, controladora, que busca uniformizar, cristalizar a identidade de gênero por via das estruturas heterossexuais compulsórias. Embora não sejam as mesmas coisas, o gênero se relaciona com a sexualidade. Conforme apontou Elisete Schwade (2010),

A categoria heterossexualidade compulsória surge no sentido de um esforço de desnaturalizar a diferença entre os sexos, afirmando o caráter instituído e construído das premissas que norteiam a relação entre os sexos, as diferenças sexuais e as sexualidades. Tal discussão remete a aspectos importantes para o que se convencionou chamar, na contemporaneidade, campo de estudos de gênero, entrelaçados de modo particular com as questões relativas às sexualidades. (SCHWADE, 2010, p. 59)

A heterossexualidade compulsória refere-se a essa naturalização dos papéis atribuídos aos sexos, numa perspectiva binária. Mas nem sempre ela foi uma norma social. Nem sempre os sujeitos classificaram a si próprios a partir de seus desejos e escolhas amorosas. Ao longo dos séculos os indivíduos praticaram suas sexualidades de maneiras diversas. A linguagem, os discursos em torno da cis-heterossexualidade ganharam outros significados sociais. Cada vez mais, os estudos nessa área têm buscado agregar perspectivas interseccionais para inter-relacionar as categorias como raça, geração, sexualidade com questões de gênero, performance etc.

Muitos dos discursos que impõem a cis-heterossexualidade como normativa social reafirmam a noção dessa sexualidade que dá sentido à humanidade, pois garante a procriação. Esses discursos, amplamente difundidos na sociedade e aperfeiçoados em cada contexto, também reforçam e asseguram as divisões dos papéis sociais feminino e masculino. A virilidade do macho está diretamente associada à sua capacidade de procriar, enquanto que a mulher exercerá seu papel “natural” de mãe. Conforme indica Sabrina de Lima (2009),

A mídia passa a executar o papel de veicular essas verdades heterossexuais, e outros seguimentos como peças teatrais e livros o vilão é sempre aquele ligado ao desejo homossexual, e o mocinho é o heterossexual que se casa com a mocinha e vivem felizes para sempre. A característica de não se questionar a origem da heterossexualidade e se realmente essa divisão foi benéfica à sociedade passou a ser camuflada sob discurso de que é uma verdade imutável e instintiva e que o homossexual é o culpado do próprio preconceito que o atinge já que ele (o homossexual) é quem foi contra a sua natureza. (LIMA, 2009, p. 11)

É também nesses moldes que nos é colocada a cis-heteronormatividade, isto é, de acordo com Amanda Mattos e Maria Cidade (2016),

uma perspectiva que tem a matriz heterossexual como base das relações de parentesco e a matriz cisgênera como organizadora das designações compulsórias e experiências das identidades de gênero; ambas produzindo efeitos que são naturalizados em nossa cultura, a partir da constituição de uma noção de normalidade em detrimento da condição de anormalidade, produzindo a abjeção e ocultamento de experiências transgressoras e subalternas. (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 134)

Dentro do contexto da cis-heteronormatividade, as outras sexualidades e identidades transgressoras desse modelo hegemônico passam a ser descritas como um fenômeno de desvio da experiência sexual humana.

Nesse processo de constituição científica, o “sexo” foi sendo definido como uma característica supostamente biológica dos corpos, naturalizando-se a atribuição compulsória de uma definição do sexo no momento do nascimento da criança, atribuição essa que, ao mesmo tempo, designa uma condição feminina às pessoas que nascem com vagina e uma condição masculina a quem nasce com pênis. Essa condição precisa ser desenvolvida durante o crescimento da criança, em direção a uma identidade de gênero “normal”, isto é, condizente com o sexo declarado. Assim, a dimensão de “gênero”, atribuída a partir da designação do sexo, corresponde às características aprendidas e apreendidas em contextos de socialização, de vida em sociedade. (MATTOS; CIDADE, 2016, p. 134)

Entretanto, sabemos que os discursos atuam sobre conjunturas sociais específicas e que garantem a ordem socioeconômica da sociedade. Os diferentes papéis atribuídos a homens e mulheres, bem como a construção efetiva da cis-heteronormatividade, não deixam de obedecer a determinada lógica que promove a manutenção da classe dominante. Nesse sentido, as lutas identitárias são de grande importância para o reconhecimento dos sujeitos que não se enquadram na norma e a conquista dos seus direitos. É na construção coletiva que se moldam as estruturas sociais, e é lá também que os agentes sociais, motores da história, podem transformá-las.

Nesse sentido, mais uma vez, a linguagem exerce papel fundamental. É preciso que as práticas discursivas alternativas alcancem cada vez mais amplas camadas sociais e que cheguem com clareza e objetividade, visando uma mudança efetiva nas estruturas sociais. Assim, são muitas as possibilidades e performances que as identidades de gênero assumem. Sobre esse assunto discuto a seguir.

2.3.2 Performatividade em Judith Butler

Antes de abordar a performatividade em Butler (2013), é importante salientar a diferença entre identidade de gênero e orientação sexual, temas que ainda confundem muitas pessoas. Identidade de gênero diz respeito à percepção que o sujeito elabora de si mesmo baseado em manifestações ligadas aos gêneros masculino, feminino ou qualquer outra composição que tome como encaminhamento a forma como este sujeito se enxerga a partir de suas experiências subjetivas e vivência em sociedade. Esses sujeitos, devido às construções heteronormalizadoras, machistas, sexistas, podem expressar publicamente ou não suas verdadeiras identidades de gênero. Essas expressões de gênero, por sua vez, referem-se ao modo como esses indivíduos manifestarão publicamente suas identificações por meio de suas roupas, linguagem corpórea, comportamento social, relação que estabelece com demais sujeitos sociais, e tantos outros elementos visíveis à sociedade.

Nesse sentido, a expressão de gênero também diz muito acerca do olhar social sobre o corpo, sobre como essa estrutura corpórea interage com o mundo e passa a ser compreendida por ele. A depender das características que expressam visivelmente, os sujeitos podem ser invisibilizados e estigmatizados social e politicamente. Esse processo os coloca em condições de maior vulnerabilidade social e os expõe a violências de todos os tipos. E também é a partir dessas projeções corporais que as pessoas reivindicam posições e às vezes afrontam, provocam, justamente para propor uma micropolítica de reconhecimento e visibilidade.

Ainda é válido destacar que tanto a identidade quanto a expressão de gênero independem da sexualidade do indivíduo, isso porque a orientação sexual refere-se à forma como os indivíduos desenvolvem suas relações afetivas e não existe

qualquer norma sexual em função do gênero com o qual se identifica cada pessoa. De acordo com Jesus (2012, p. 13),

gênero é diferente de orientação sexual, podem se comunicar, mas um aspecto não necessariamente depende ou decorre do outro. Pessoas transgênero são como as cisgênero, podem ter qualquer orientação sexual: nem todo homem e mulher é “naturalmente” cisgênero e/ou heterossexual.

Conforme explica Jesus (2012), nem toda mulher é heterossexual, bem como uma pessoa transexual pode ser homossexual, bissexual, heterossexual, pansexual. Depende do gênero ao qual se reconhece e do gênero ou das performances às quais ou à qual se atrai afetiva ou sexualmente.

Após explanar essa diferenciação, parto para as ideias de Butler (2013). Para a autora, os indivíduos são social e culturalmente orientados: seus gestos, comportamentos, a forma como se vestem, suas expressões, a entonação de voz, seus desejos, sua afetividade em relação ao sexo oposto. Essa autora critica essa imposição e fixação identitária e ainda argumenta que todos esses aspectos devem convergir para a produção de uma identidade coerente, aparentemente estabilizada e fixa, que se adeque com aquilo que é ensejado aos papéis de gênero. Nesse sentido, somos nós o produto de práticas discursivas regulamentadoras, que são repetidas e reinterpretadas constantemente. “É justamente no discurso que vêm a se articular poder e saber” (FOUCAULT, 2017, p. 109). A linguagem, por sua vez, ocupa lugar central nessa discussão, pois é no/através do discurso que se produzem e regulam também as identidades e performances de gênero.

Nestes termos, a identidade de gênero é performativamente constituída, no bojo das relações sociais, pelas próprias expressões que são tomadas como seus produtos. Na concepção de Butler (2013) é preciso ultrapassar os gêneros, visto que a performativamente é produzida e imposta pelas práticas reguladoras da sua própria coerência, ou igualmente, um efeito de uma prática reguladora que busca uniformizar a identidade do gênero por via da heterossexualidade compulsória. E, há aspectos interseccionais também, porque o padrão é moldado pelo enquadre capitalista, que também influencia as questões raciais. No capitalismo a raça é elemento de subalternização, então, todas essas questões relacionadas as performances de gênero, classe social, raça, precisam ser controladas pela hegemonia branca, cristã, cis-heterossexual. Assim, as performances de gênero vão além dessa prática reguladora e inteligível de como ser homem ou como ser mulher.

Rodrigo Borba (2014) é quem nos ajuda a captar melhor a questão. Compreendendo que o pensamento de Butler sinaliza para um modelo performativo da identidade, ele ressalta:

Butler defende, portanto, uma perspectiva que desmantela as conexões entretecidas entre sexo, gênero e desejo, pois, já que gênero é um efeito de nossas ações, ele não é necessariamente constrangido pelo aparelho biológico que temos. A máxima cartesiana é, em Butler, parodiada por *facio ergo sum!* O que o sujeito faz e diz não é a expressão de uma realidade interior, de uma essência pré-existente que funciona como origem de suas ações e subjetividade; o que o sujeito repetidamente diz e faz o constitui como real e natural. A realidade do sujeito que diz, do corpo que fala e age, é performativamente produzida *in situ* pelo que é dito e feito. Com isso, Butler defende um modelo performativo da identidade no qual nossas ações, repetidas incessantemente, constituem a identidade como se fosse algo natural; a essência é, assim, um efeito de performances repetidas que reatualizam discursos histórica e culturalmente específicos. (BORBA, 2014, p. 448, grifos meus)

Esta performatividade de gênero, no entanto, não é livre, ou produto de meras escolhas pessoais do indivíduo. Ela acontece dentro de um quadro de constrangimentos que impõe limites muito rígidos. Se o sujeito é produto de suas ações, estas ações são sistematicamente reguladas por uma estrutura que estabelece as suas possibilidades. Também não é a performatividade o mesmo que uma performance, no sentido literalmente teatral. A performatividade implica compreender que não há uma essência condicionando o gênero, o sexo e o desejo, mas que eles são fabricados. Nossos comportamentos, atitudes, gestos não são uma expressão de nossa natureza (BORBA, 2014, p. 450).

O fato de o corpo enquanto performatividade ser efeito da verdade de um discurso sugere que ele não pode ser concebido separado do gênero. Tal separação é intencional e não se sustenta, porque ambos são constituídos na mesma realidade fabricada como essência, interna, sendo essa própria interioridade o produto de um discurso reiteradamente social e político. Quer dizer, esta tal verdade interna do gênero, no caso, o sexo biológico, que supostamente seria anterior a ele, é tão fabricado quanto o próprio gênero. É importante ressaltar que as funções reprodutivas e todo o aparato biológico são implacáveis, mas, não determinam o gênero, que é a forma como a sociedade irá prescrever as performances para os corpos sexuais.

Em outras palavras, os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ação criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão

mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. Se a “causa” do desejo, do gesto e do ato pode ser localizada no interior do “eu” do ator, então as regulações políticas e as práticas disciplinares que produzem esse gênero aparentemente coerente são de fato deslocadas, subtraídas à visão. O deslocamento da origem política e discursiva da identidade de gênero para um “núcleo” psicológico impede a análise da constituição política do sujeito marcado pelo gênero e as noções fabricadas sobre a inferioridade inefável de seu sexo ou sua verdadeira identidade. (BUTLER, 2003, p. 195)

Na concepção de Butler (2003), sexo, gênero e prática do desejo se acham imersos em uma regra compulsória, dentro da qual o sujeito não teria qualquer outra possibilidade a não ser a heterossexualidade. Já no momento de nosso nascimento somos orientados/as por convenções culturais que nos impõem uma ordem de papéis, na qual a heterossexualidade aparece atestada por dois sexos imutáveis que se opõem. Assim, se o indivíduo nasce com pênis e o pênis é ele mesmo nomeado e repleto de significados social e culturalmente aceitos. Esse indivíduo é logo classificado como menino, devendo ser orientado a gostar de meninas.

Rodrigo Borba (2014) apresenta a questão da seguinte forma, que para a filósofa Judith Butler,

enunciados como “é uma menina” ou “é um menino” não simplesmente descrevem um estado de coisas anterior à enunciação, mas fazem com que o corpo ao qual eles se dirigem entre em um processo infundável (porém, não imutável) capturado pelas normas da matriz de inteligibilidade de gênero. Tais enunciados iniciam um processo pelo qual a generificação daquele corpo é social e discursivamente compelida (Butler, 1993). Com efeito, tal generificação será acompanhada por um sem-número de enunciados tributários ao ato generificador fundacional: “é uma menina” será seguido por “não diga palavrões”, “cruze suas pernas ao sentar”, “não pratique esportes agressivos”, etc.; a “é um menino” segue “não chore”, “seja forte”, “abra suas pernas ao sentar”, “fale grosso”, etc.; atos de fala que visam conformar um corpo às normas de coerência entre sexo, gênero e desejo que constituem a matriz de inteligibilidade já discutida aqui. (BORBA, 2014, p. 462)

Butler (2013) sinaliza para os dispositivos sociais e culturais que estabelecem e mantêm esta ordem, a qual ela designa como “matriz de inteligibilidade de gênero”, que institui como fixa, estável e inquestionável a relação entre sexo, gênero, prática do desejo e subjetividade: “vagina-mulher-fragilidade-emoção-passividade-submissão-maternidade-heterossexualidade; __—pênis-homem-coragem-racionalidade-agressividade-dominação-paternidade-heterossexualidade”—(BORBA, 2014, p. 445). Porém, essa matriz inteligível de gênero tem a ver com o enquadre ocidental, capitalista, moderno, etc. Ela diz respeito a um determinado tipo de

padrão dito ocidental moderno, entretanto, isso variou e varia muito entre os povos ao longo da história. De acordo com a filósofa, esta ordem é mantida por meio da repetição constante de atos, comportamentos, gestos e práticas discursivas responsáveis por dar encaminhamento reiteradamente à estrutura dos corpos e do desejo. Nas suas palavras,

atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem *na superfície* do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são *performativos*, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são *fabricações* manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. (BUTLER, 2003, p. 194, grifos meus)

Desta forma, compreende-se que a identidade de gênero é produto linguístico, quer dizer, construída na e pela linguagem. Nos identificamos porque antes disso somos nomeados, classificados, abordados e limitados no campo linguístico. A identidade, seja ela qual for, não é anterior ou exterior ao sistema discursivo que a cria e dentro do qual se engendra—, o discurso é a materialização da ideologia, ele dá condições materiais para as práticas sociais. Mas, a ideologia sustenta, mantém a ordem, apoia determinados sistemas econômicos, grupos e classes sociais. Para Butler,

[...] compreender a identidade como uma *prática*, e uma prática significativa, é compreender sujeitos culturalmente inteligíveis como efeitos resultantes de um discurso amarrado por regras, e que se insere nos atos disseminados e corriqueiros da vida linguística. Abstratamente considerada, a linguagem se refere a um sistema aberto de sinais, por meio dos quais a inteligibilidade é insistentemente criada e contestada. Como organizações historicamente específicas da linguagem, os discursos se apresentam no plural, coexistindo em contextos temporais e instituindo convergências imprevisíveis e inadvertidas, a partir das quais são geradas modalidades específicas de possibilidades discursivas. (BUTLER, 2013, p. 208, grifos meus)

E a autora pós-estruturalista ainda reitera:

As regras que governam a identidade inteligível, i.e., que facultam e restringem a afirmação inteligível de um “eu”, regras que são parcialmente estruturadas em conformidade com matrizes da hierarquia do gênero e da heterossexualidade compulsória, operam por *repetição*. De fato, quando se diz que o sujeito é constituído, isso quer dizer simplesmente que o sujeito é uma consequência de certos discursos regidos por regras, os quais governam a invocação inteligível da identidade. O sujeito não é *determinado* pelas regras pelas quais é gerado, porque a significação *não é um ato fundador*, mas antes um processo regulado de *repetição* que tanto se oculta

quanto impõe suas regras, precisamente por meio da produção de efeitos substancializastes. (BUTLER, 2013, p. 209, grifos meus)

Ao se defender de críticas feministas que a acusam de não considerar a materialidade do corpo, Butler argumenta que não a recusa, porém, está mais preocupada com a materialidade dos significados que esse corpo admite e das estruturas que o regulam. Não se trata de entendê-lo como mera representação fantasiosa, ou apenas um produto “linguístico”, mas enfatizar que o corpo é carregado de sentidos políticos, que assume quando em contato com a realidade objetiva, com o movimento concreto da sociedade. É dentro dos processos culturais que ele existe materialmente. Os processos pelos quais se consolida a materialização do corpo interessam aqui muito mais.

Nas palavras de Rodrigo Borba,

Entender que o sexo e o corpo são efeitos discursivos não implica negar a existência da carne, do sangue, da dor, mas, sim, considerar que a materialidade do corpo e sua significação cultural são inextricavelmente imbricadas. Com isso, Butler chama a atenção, novamente, para códigos de significação e as estruturas reguladoras informadas por esses códigos que significam (i.e., materializam) o corpo. Não se pode ter acesso ao corpo sem os processos culturais (heteronormativos) que o significam. (BORBA, 2014, p. 450)

Isso também não significa condicionar o corpo a um processo imutável. Tratá-lo como construção infundável não é o mesmo que fixá-lo. Muito pelo contrário. É no interior dessas práticas repetitivas que é possível a subversão alternativa da identidade de gênero, pois se as regras que governam a identidade se operacionalizam por meio da repetição, elas também abrem brecha para a variação dessa repetição.

A ordem de *ser* de um dado gênero produz fracassos necessários, uma variedade de configurações incoerentes que, em sua multiplicidade, excedem e desafiam a ordem pela qual foram geradas. Além disso, a própria ordem de *ser* de um dado gênero ocorre por caminhos discursivos: ser uma boa mãe, ser um objeto heterossexualmente desejável, ser uma trabalhadora competente, em resumo, significar uma multiplicidade de garantias em resposta a uma variedade de demandas diferentes, tudo ao mesmo tempo. (BUTLER, 2003, p. 209, grifos meus)

A despeito de a heteronormatividade tratar de impor um determinado padrão aos indivíduos, nem todos se enquadram no modelo construído como o adequado. Essas novas possibilidades de gênero contestam os códigos rígidos dos binarismos hierárquicos, inteligíveis, hegemônicos, ao desmascarar as incoerências,

desestabilizar as identidades substantivas e “despojar as narrativas naturalizantes da heterossexualidade compulsória de seus protagonistas centrais: homens e mulheres” (BUTLER, 2013, p. 211). Isso ajuda a visibilizar as performances não cis-heteronormativas.

A repetição parodística do gênero denuncia também a ilusão da identidade de gênero como uma profundidade intratável e uma substância interna. Como efeito de uma *performatividade* sutil e politicamente imposta, o gênero é um “ato”, por assim dizer, que está aberto a cisões, sujeito a paródias de si mesmo, a autocríticas e àquelas exibições hiperbólicas do “natural” que, em seu exagero, revelam seu *status* fundamentalmente fantasístico. (BUTLER, 2013, p. 211, grifos meus)

Dentro desta perspectiva, Butler sugere que a travesti subverte a noção de uma oposição binária entre interno/externo, “e zomba efetivamente do modelo expressivo do gênero e da ideia de uma verdadeira identidade do gênero”. A travesti pode afirmar que sua apresentação externa é feminina, mas que a sua essência interna é masculina. Ou, de modo inverso, ela pode admitir que sua aparência externa – quer dizer, corpo e gênero – é masculina, porém, a sua essência interna, que agrega os elementos psíquicos e subjetivos, é feminina. Ela também “revela a distinção dos aspectos da experiência do gênero que são falsamente naturalizados como uma unidade através da ficção reguladora da coerência heterossexual” (BUTLER, 2013, p. 196).

A *drag queen* também é o corpo que não cabe nas normas e denuncia as incoerências da heteronormatividade. Sua performance brinca com a distinção que se faz entre o sexo anatômico do/a performista e o gênero que está sendo performado. A partir das considerações de Rodrigo Borba, entendemos que

Para Butler, a drag corporifica repetições que rompem com os contextos normativos de produção de identidades e suas convenções e explicita os mecanismos mesmos de sua produção: ao sobrepor determinada biologia com estilizações específicas do corpo (a linguagem aí incluída), a drag coloca a artificialidade das identidades literalmente sob os holofotes. (BORBA, 2014, p. 466)

Seus corpos a linguagem que os expressa desafiam as regras normalizadoras essencialistas, evocando, deste modo, as descontinuidades, fissuras, quebras e incoerências presentes entre os diferentes corpos, sexos, gêneros e desejos. Esses

corpos desmascaram as normas e as essências impostas e mostram objetivamente que a prática do gênero jamais é fixa, imutável.

Assim, a performance da drag desafia qualquer relação linear entre a linguagem e as identidades de quem a usa. Tal performance linguística não é meramente acidental para a performance de gênero dessas drags; juntamente com as roupas, maquiagens e usos do corpo, a linguagem-em-uso constitui a performance em todos os níveis. (BORBA, 2014, p. 467)

As contribuições de Butler são de grande relevância para o campo dos estudos queer e para se problematizar as formas como gênero e heterossexualidade se informam. A filósofa sugere que as categorias identitárias tomadas como necessárias para a construção de uma política feminista da identidade podem reforçar velhas amarras contra as quais as próprias feministas lutam. No sentido de que limitam o campo de ação e restringem as possibilidades socioculturais. Além disso, ao postular a identidade como um efeito, isto é, produzida e gerada, colocou em xeque a noção de fixidez da identidade de gênero e criticou a naturalização do sexo e do corpo. Butler chamou atenção para o fato de que as estratégias de exclusão e hierarquização se mantêm intactas no modelo que distingue sexo/gênero e na sua concepção de que o sexo é previamente dado. Por último, a questão colocada como ‘tarefa’ também foi discutida pela autora. Para ela,

A tarefa não consiste em repetir ou não, mas em como repetir ou, a rigor, repetir e por meio de uma proliferação radical do gênero, *afastar* as normas do gênero que facultam a própria repetição. Não há ontologia do gênero sobre a qual possamos construir uma política, pois as ontologias do gênero sempre operam no interior de contextos políticos estabelecidos como injunções normativas, determinando o que se qualifica como sexo inteligível, invocando e consolidando as restrições reprodutoras que pesam sobre a sexualidade, definindo as exigências prescritivas por meio das quais os corpos sexuados e com marcas de gênero adquirem inteligibilidade cultural. A ontologia é, assim, não uma fundação, mas uma injunção normativa que funciona insidiosamente, instalando-se no discurso político como sua base necessária. (BUTLER, 2003, p. 213)

Assim, temos uma possibilidade performativa, uma alternativa epistemológica que de fato rompa com os binarismos, e, principalmente, com as suas consequências, hierarquizações, privilégios, exclusões, ou seja, somos instados/as a “desestabilizar binarismos linguísticos e conceituais (ainda que se trate de binarismos tão seguros como homem/mulher, masculinidade/feminilidade)” (LOURO, 2016, p. 44). Alguns estudos sobre a construção social das identidades têm

reforçado essas classificações hierárquicas. A *teoria queer*, por sua vez, sugere partir justamente desse processo classificatório, excludente, tendo em vista captar as amplas estratégias normalizadoras da sociedade.

Ao colocar em xeque as coerências e estabilidades que, no modelo construtivista, fornecem um quadro compreensível e padronizado da sexualidade, o queer revela um olhar mais afiado para os processos sociais normalizadores que criam classificações que, por sua vez, geram a ilusão de sujeitos estáveis, identidades sociais e comportamentos coerentes e regulares. (MISKOLCI, 2009, p. 168)

De acordo com Miskolci (2009) a *teoria queer* tem apresentado ao menos dois grandes desafios às ciências sociais, a saber:

perceber que nenhuma faceta da vida social pode ser compreendida sem um exame de como os significados sexuais se interseccionam com ela e, por fim, mas não por menos, o queer impõe às ciências sociais a necessidade de rever seus pressupostos, de forma a focar no hegemônico como objeto de estudo e análise crítica. (MISKOLCI, 2009, p. 170)

Pensar tais desafios implica também pensar a importância política da *teoria queer* na contemporaneidade, pensá-la enquanto prática política e dispositivo de transformação social. Nesse sentido, compreendo a relevância de se articular as abordagens dos estudos queer ao campo da educação.

2.4 Identidade e diferença

Os indivíduos são decisivamente classificados por normas regulamentadoras da vida social. São categorizados por sua raça, etnia, sexo, sexualidade etc. A própria classificação entre feminino e masculino, heterossexual e homossexual são invenções históricas, resultantes das ações humanas na sociedade, atuando em espaço e tempo determinados. Quer dizer, são os próprios sujeitos, investidos de suas funções sociais, os responsáveis por criar os elementos significantes à vida em sociedade. Não existiria, portanto, uma essência que naturalizasse e determinasse as relações sociais, pois essas são orientadas por leis sociais e não naturais.

Isso não significa negar as diferenças existentes entre os seres humanos: sua carne, seu corpo, sensações etc. Enfatiza, por outro lado, que tais diferenças são carregadas de sentidos sociopolíticos e que os significados que assumem em relação à realidade objetiva mudam conforme as necessidades de cada contexto

histórico. É o olhar social sobre o corpo em movimento que busca defini-lo, regulamentá-lo, sujeitá-lo. Homens e mulheres, e os papéis que exercem no plano social, são acordados culturalmente.

A diferença existe, mas não podemos tomá-la como fenômeno simplesmente dado, como se fosse "criatura do mundo natural". Ela precisa ser constantemente produzida e são os atos humanos que a fabricam. Tomaz Tadeu da Silva (2014) explica que a diferença é traduzida naquilo que o outro é. Assim, para retomar o exemplo dado pelo autor, quando afirmo que o outro pertence a uma nacionalidade qualquer, essa afirmação não se esgota em si mesma. Ao afirmar que "fulano é colombiano" estamos enfatizando que existem outros sujeitos que não o são. Se todos nós fôssemos colombianos, não haveria a necessidade de se fazer tal assertiva. Dessa forma, demarca-se que o outro é diferente do que nós somos e diferente de outros "outros" também. (SILVA, 2014).

Nesse sentido, para ele, diferença e identidade estabelecem uma relação de "estreita independência". Enquanto a diferença se refere ao outro, a identidade diz respeito àquilo que se é, quer dizer, àquilo que eu sou. Quando afirmo "sou brasileiro, sou brasileira", isto é, identidade brasileira, tal afirmativa também não se encerra em si, na verdade ela faz parte, nas palavras do autor, "de uma extensa cadeia de negações". Ao dizê-la, demarco que "não sou colombiano, por exemplo, e mais uma vez afirmo minha diferença em relação ao outro. Silva conclui e arremata: "Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis" (SILVA, 2014, p.75).

Para Silva (2014), identidade e diferença não são, portanto, autossuficientes, e não podem ser apreendidas sem que se perceba que residem sobre estruturas socioculturais mais amplas. É nas relações sociais que se constituem. Ainda de acordo com ele,

Além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística. Dizer que são o resultado de atos de criação, significa dizer que não são "elementos" da natureza, que não são essências, que não são coisas que estejam simplesmente aí, à espera de serem reveladas ou descobertas, respeitadas ou toleradas. A identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. Dizer, por sua vez, que identidade e diferença são o resultado de atos de criação linguística significa dizer que elas são criadas por meio de atos de linguagem. (SILVA, 2014, p. 76)

Identidade e diferença se constituem por meio dos atos da fala e só podem ser compreendidas se conectadas aos sistemas de significação nos quais adquirem sentido, sistemas discursivos da linguagem. Dizer-se brasileiro depende de um conjunto de variantes criadas pelos atos linguísticos que definem o que é ser, ou não ser, dessa nacionalidade.

Silva (2014) se sustenta em Jacques Derrida e para advertir ao afirmar que a língua vacila. Com isso, ele argumenta que a linguagem é uma estrutura instável, uma vez que o elemento, isto é, o "signo", em Derrida, é a marca, o traço, jamais a presença concreta do objeto ou conceito. Não existe a presença concreta da coisa no signo linguístico. Quer dizer,

Quando consultamos uma palavra no dicionário, o dicionário nos fornece uma definição ou um sinônimo daquela palavra. Em nenhum dos casos, o dicionário nos apresenta a "coisa" mesma ou o "conceito" mesmo. A definição do dicionário simplesmente nos remete para outras palavras, ou seja, para outros signos. "A presença da "coisa" mesma ou do conceito "mesmo" é indefinidamente adiada: ela só existe como traço de uma presença que nunca se concretiza". (SILVA, 2014, p. 79)

Além disso, ainda segundo o autor, o signo, para definir-se, precisa da diferença. Ele só é algo, porque não é outra coisa. O signo se define a partir de uma cadeia de negações. Assim, se a identidade e a diferença são "criaturas" socioculturais da linguagem, seu processo de significação é fundamentalmente vacilante, caracterizado pela instabilidade. A título de exemplo, não existe nada de fixo ou absoluto em se identificar como "ser brasileiro" porque, em tese, isso só faz sentido dentro de um conjunto de significações do que é ser de outra nacionalidade.

Também, as categorias homossexualidade e heterossexualidade só podem ser compreendidas uma em relação à outra. Dessa forma, a construção discursiva e negativa da homossexualidade é dada em oposição à objetivação da heterossexualidade compulsória, essa sim, normativa e aceita socialmente. Essa construção tem sido expressa ao longo do tempo nos discursos religiosos, educacionais, no âmbito jurídico, nas doutrinas científicas e políticas e informam enfaticamente os sentidos que a sexualidade assume em contato com o movimento concreto da sociedade. "Trata-se de uma concepção que emergiu como dominante, e que embora nos seja apresentada como a única possível, como se fosse tão

simplesmente resultado de convenções sociais, é marcada por tensões e conflitos sociais abertos” (SCOTT, 1995, p. 22).

A questão da identidade e da diferença se impõe aqui também. De acordo com Louro (2016),

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações “positivas” de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre “assumir-se” ou “permanecer enrustido” (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. Portanto, haveria apenas uma resposta aceitável para o dilema (repetindo uma frase de Spargo, *to come home, of course, you first had to “come out”*, 1999, p. 30): para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo de “assumissem”, isto é, revelasse seu “segredo”, tornasse pública sua condição. (LOURO 2016, p. 32-33)

Assim, para fazer parte de uma comunidade de pessoas cujas identidades não são binárias nem são cis-heterossexuais, os sujeitos não binários e não cis-heteronormativos precisam se assumir, exercer suas performances que não se veem representadas, uma vez que só se manifestam em segredo. Tornarem-se públicas são questões políticas e hegemônicas. Novamente, Silva (2014) ajuda a iluminar o debate, pois para ele identidade e diferença são campos férteis às disputas de poder. Segundo esse autor,

Na disputa pela identidade está envolvida uma disputa mais ampla por outros recursos simbólicos e materiais da sociedade. A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes. (SILVA, 2014, p. 81)

Ainda, conforme seus argumentos, a afirmação da identidade e a delimitação da diferença exigem sempre uma ação de incluir e excluir; quer dizer, quando me afirmo como algo ou alguém, também estou afirmando aquilo que não sou. Dessa forma, Silva (2014) entende que

A identidade e a diferença se traduzem, assim, em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído. Afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer

distinções entre o que fica dentro e o que fica fora. A identidade está sempre ligada a uma forte separação entre "nós" e "eles". Essa demarcação de fronteiras, essa separação e distinção, supõem e, ao mesmo tempo, afirmam e reafirmam relações de poder. (SILVA, 2014, p. 82)

O "nós" e "eles" de que trata o autor não exerce sentido meramente gramatical. Trata-se de dividir o mundo social, dividi-lo significa classificá-lo. A identidade e a diferença sempre irão envolver formas de classificação, essa sempre será elaborada a partir do mecanismo da identidade. Ao dividir e classificar, a sociedade demarca a posição-sujeito que os indivíduos ocuparão dentro do quadro das relações hierárquicas. Deter o privilégio de classificar é dispor do privilégio de conferir significados e valores aos diferentes grupos que serão classificados. Para Silva (2014), a forma mais eficiente de classificação se organiza em torno de oposições binárias: masculino/feminino; homem/mulher; hetero/homossexual.

Os indivíduos se reconhecem, se constituem e se estranham em relação ao outro. Assim, afirmar ser homossexual implica não ser heterossexual, e isso implica negar todas as características construídas para serem atribuídas à heterossexualidade. "Ser homossexual", ter uma identidade não binária, assumir uma performance ou "ser heterossexual" depende diretamente de vetores sociais. Suas definições são produzidas, impostas. Essa divisão sempre evocará relação de privilégio e dominação, em que alguns polos se instituem como normas sociais, enquanto outros serão concebidos e submissos em relação à normatividade, quer dizer, são o anormal, inadequado, inferior, inaceitável etc.

Impõe-se aqui um problema muito caro aos movimentos de libertação e aos estudos políticos da homossexualidade, das identidades não binárias, tal seja, o de questionar as categorias fixas da identidade. A produção identitária transita por dois movimentos em constante diálogo: o primeiro visa fixá-la, estabilizá-la como norma, como verdade. O segundo, por sua vez, ocupa-se de contestá-la, desestabilizá-la. Sobre o assunto, Silva (2014) orienta que

Fixar uma determinada identidade como a norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger - arbitrariamente - uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é "natural", desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como

uma identidade, mas simplesmente como a identidade. Paradoxalmente, são as outras identidades que são marcadas como tais. Numa sociedade em que impera a supremacia branca, por exemplo, "ser branco" não é considerado uma identidade étnica ou racial. Num mundo governado pela hegemonia cultural estadunidense, "étnica" é a música ou a comida dos outros países. É a sexualidade homossexual que é "sexualizada", não a heterossexual. A força homogeneizadora da identidade normal é diretamente proporcional à sua invisibilidade. (SILVA, 2014, p. 83)

As identidades tendem a ser fixadas por mitos fundadores, que tomam forma de essencialismos, pois fundamentalmente baseados em argumentos biológicos que nos fazem acreditar que as coisas são da forma como são dados à nossa natureza essencial. Entretanto, não há nada de essencialista nas identidades, elas são construídas culturalmente no seio da vida em sociedade. Não são impressas em nossos genes, são definidas historicamente e não biologicamente, como lembra-nos Stuart Hall (2017). Ele afirma que uma concepção fixa, unificadora e estabilizada da identidade é fantasiosa, pois os sujeitos assumem identidades diversas e contraditórias em diferentes momentos, de modo que elas se acham continuamente sendo deslocadas; são, portanto, produto de processos descentrados. Essas identidades também vão se construir a partir dos diferentes papéis sociais que os sujeitos exercem em contextos específicos.

Ainda segundo Hall (2017), os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam e, com isso, somos confrontados/as por uma multiplicidade de identidades possíveis. Assim, existem múltiplas performances identitárias de gênero: a drag, a/o transgênero, a/o homossexual. Enfim, com uma ou mais dessas ou de outras possíveis identidades das quais poderíamos nos identificar, ao menos temporariamente; ou não.

Essa perspectiva implica que os indivíduos se encontram em um contínuo processo de construção e que categorias identitárias como homossexualidade e heterossexualidade não são inerentes a uma essência humana. Não só isso. Implica reconhecer que existem diferenças dentro das próprias diferenças. São várias as formas de vivenciar a heterossexualidade, bem como de vivenciar a homossexualidade. O próprio binarismo e o foco no antagonismo produzido entre hetero/homossexual jamais conseguiriam dar conta da complexidade das relações sociais.

Michel Foucault (2017) defende que é papel dos movimentos homossexuais de libertação e afirmação ultrapassar os dispositivos de sexualidade, superando uma concepção de identidade fundamentada em noções impostas pela sociedade sobre

sexualidade. Ele sugere que se desloquem das questões propriamente sexuais para reivindicarem as várias formas culturais, discursivas e linguísticas com as quais os indivíduos homossexuais se deparam. Madlener e Dinis (2007) nos ajudam a iluminar a questão:

não caberia mesmo à homossexualidade, ao se desvencilhar das categorias determinantes da biologia, buscar uma identidade delimitadora de práticas, características próprias e imutáveis, mas estar em busca do devir, do ser homossexual enquanto um modo de vida. Não se deve lutar por uma decifração e conseqüente delimitação de uma identidade homossexual, pois corre-se o risco de cair nas armadilhas da norma – estabelecendo-se como o fez anteriormente, a justiça ou a medicina – características próprias e determinantes do “desvio”. (MADLENER; DINIS, 2007, p. 53)

Contribuindo para esse debate, Louro (2016) afirma que

O discurso político e teórico que produz a representação ‘positiva’ da homossexualidade também exerce, é claro, um efeito regulador e disciplinador. Ao afirmar uma dada posição-de-sujeito, supõe, necessariamente, o estabelecimento de seus contornos, seus limites, suas possibilidades e restrições. Nesse discurso, é a escolha do objeto amoroso que define a identidade sexual e, sendo assim, a identidade gay ou lésbica assenta-se na preferência em manter relações sexuais com alguém do mesmo sexo. (LOURO, 2016, p. 34)

Mesmo quando os movimentos contestatórios emergem como instrumentos de resistência e subversão, permanecem presos a um quadro de referências clássico, dentro do qual a heteronormatividade ainda é a referência. Partem de categorias universais e imutáveis e tendem a incluir, no seu escopo de formulações, o caráter fixo e permanente da identidade sexual.

A homossexualidade também é construída sob as estruturas sociais já existentes. Nesse sentido, ela sempre aparece sendo elaborada a partir de um outro elemento, no caso, a normatividade. Jogar esse jogo, mesmo que no campo contestatório, é reforçar padrões que atuam a partir do binarismo tradicional heterossexual/homossexual. É não escapar, portanto, dos próprios discursos da heteronormatividade.

2.5 Políticas para a implementação do livro didático na atualidade

Abordar questões, no nosso país, sobre o livro didático, é também discutir acerca das políticas públicas elaboradas há quase um século, no que se refere aos

materiais didáticos que são utilizados nas escolas brasileiras. Na década de 1930, foram criadas políticas para o livro didático; entretanto, o que se veiculava neles eram conceitos e atividades de acordo com a ordem hegemônica.

Posteriormente, nas décadas de 1960 e 1970, período da ditadura militar, foram instituídas comissões técnicas intensificando as ideologias hegemônicas, a fim de controlar, manipular e impor essas ordens fascistas nessa ferramenta pedagógica. No ano de 1985 foi instituído o Programa Nacional do Livro Didático, o PNLD, considerado o maior do mundo desse tipo. Por isso, ele tem muita importância para o ensino e a aprendizagem em nosso país.

Atualmente, além do PNLD, que foi um grande avanço nas políticas públicas nacionais, o governo federal tem dois outros programas sobre o livro didático: o Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM), criado em 2004, e o Programa Nacional do Livro Didático para Alfabetização de Jovens e Adultos (PNLA), criado em 2007.

Cabe indagar, aqui, se o livro didático, esse instrumento pedagógico fundamental e necessário para o ensino, ainda hoje, veicula ideologias hegemônicas e dominantes. No próximo capítulo desta dissertação, procuro responder e apresentar argumentos acerca dessa indagação. Por ora, exponho minha convicção da necessidade de se compreender esse instrumento de ensino como um

elemento importante na construção do saber escolar e do processo educacional (...) espera-se que contribua para o aprimoramento da ética, imprescindível ao convívio social e à construção da cidadania. Nesse sentido, há que se verificar, nos textos e nas atividades, a existência de uma real preocupação em despertar no aluno a prática participativa, a sociabilidade, a consciência política, enfim, a cidadania, entendida em seu sentido mais amplo. (BEZERRA; LUCA, 2006, p. 37).

Assim, essa ferramenta pedagógica é fundamental para aprimorar o ensino e a conscientização política ampla dos sujeitos, visto que neles precisam ser veiculadas informações que contemplem a diversidade cultural e várias fontes de conhecimentos. Ele exerce um papel importante na política educacional do nosso país. Sobre isso, os PCNs garantem que

O livro didático é um material de forte influência na prática de ensino brasileira. É preciso que os professores estejam atentos à qualidade, à coerência e a eventuais restrições que apresentem em relação aos objetivos educacionais propostos. Além disso, é importante considerar que o livro didático não deve ser o único material a ser utilizado, pois a variedade de

fontes de informação é que contribuirá para o aluno ter uma visão ampla do conhecimento. (BRASIL, 1997, p. 137)

Após essa reflexão proposta pelos PCNs, evidencia-se a importância do livro didático na escola, pois é um recurso cultural de inserção dos sujeitos em determinados contextos históricos e políticos. Os livros adotados pelas escolas precisam ter qualidade no que se refere aos conteúdos veiculados, uma vez que eles devem garantir padrões de qualidade e diversificação em relação às ideologias que são veiculadas.

Os livros didáticos, além de apresentar variedades de conteúdos, a fim de contribuir para uma formação crítica dos sujeitos, devem também oferecer diversificação no que se refere às atividades curriculares e à diversidade sexual e de gênero, visto que eles ainda podem estar mantendo ideologias dominantes cis-heteronormativas, invisibilizando algumas temáticas ou reforçando outras.

2.6 Reflexões relevantes acerca de materiais didáticos e educação

A instituição escolar está inserida na sociedade, é parte constituinte e constitutiva dela. Portanto, espaço da produção, reprodução e transformação das estruturas sociais. Sendo este lugar que circunscreve efetivamente os processos de recomposição e transformação de práticas e discursos da sociedade, não deixa de ser marcado por tensões e conflitos que nos remetem a outras dimensões socioculturais mais complexas. Conforme examinou Junqueira (2012), a escola é um campo de constantes disputas, contradições e acordos que comporta relações de poder, medidas de controle social, formas de conservadorismos e resistências. Ainda segundo esse autor,

A escola tornou-se um espaço em que rotineiramente circulam preconceitos que colocam em movimento discriminações de diversas ordens: classismo, racismo, sexismo, heterossexismo, homofobia e outras formas de gestão das fronteiras da normalidade fazem parte da cotidianidade escolar. Não são elementos intrusos e sorrateiros, que, além de terem entrada franca, agem como elementos estruturantes do espaço escolar, onde são cotidianos e sistematicamente consentidos, cultivados e ensinados, produzindo efeitos sobre todos/as. (JUNQUEIRA, 2012, p. 66)

Nesse sentido, a escola é francamente um espaço de produção, reprodução e aprimoramento das formas constitutivas da heteronormatividade, que excluem e

marginalizam as identidades não binárias por meio de mecanismos sutis ou ostensivos, desde regras e valores pedagógicos heterorreguladores até tratamentos preconceituosos e discriminatórios expressos em brincadeiras constrangedoras, ameaças e agressões físicas.

No ambiente escolar, pessoas identificadas como discordantes dos padrões heteronormalizadores para o gênero são submetidas às múltiplas estratégias de vigilância e controle sobre seus corpos em desacordo. Assim, essa “*pedagogia do insulto*”, termo cunhado por Junqueira (2012) para tratar das ridicularizações homofóbicas presentes no cotidiano escolar, concorre com outros dispositivos pedagógicos e curriculares mais sofisticados de controle, de marginalização, invisibilização e negação dos sujeitos masculinos e femininos que desestabilizam as normas heterossexuais dominantes.

Os materiais didáticos trazem importante perspectiva analítica, isso porque ainda podem carregar para dentro de sua composição a tendência de invisibilização e negação ou mesmo à diversidade de gênero. Essa tendência, por sua vez, se traduz em uma sistemática censura às temáticas que giram em torno das sexualidades plurais e dos corpos transgressores.

Livros didáticos, em consonância com o papel primordial que deve ser desempenhado pela escola, têm como fim formar os sujeitos para o exercício da cidadania (LIONÇO; DINIZ, 2009) e se constituem como ferramentas pedagógicas cruciais à formação em sala de aula, se configurando, em muitos casos, os únicos instrumentos formais disponíveis a professores e professoras para trabalharem os conteúdos programáticos. Assim, é por meio desses recursos, e da forma pela qual o professor ou professora lançará mão deles, que muitos alunos e alunas conhecem, estudam e aprendem sobre os pressupostos da vida em sociedade, sob os mais diversos aspectos e a partir das diferentes disciplinas.

Há que se perguntar, portanto, nesse sentido: os livros didáticos seguem o movimento excludente e desigual da sociedade? Representam apenas os moldes reguladores e heteronormativos? Caso sejam assim, também contribuirão ativamente para os profundos processos de marginalização, discriminação e exclusão. Se omitem e silenciam a pluralidade das identidades de gênero e reforçam as identidades normativas, deixam de problematizar as diferenças existentes na sociedade e perdem de vista o caráter complexo da realidade social (LIONÇO; DINIZ, 2009). Assim, não constando como conteúdo oficial obrigatório, fica a cargo

exclusivamente de agentes educacionais empreenderem em sua abordagem individual questionamentos que deem conta de trabalhar com as diversidades sociais de gênero.

Contudo, os profissionais da educação também partem de lugares sociais diferentes, carregam para a sala de aula suas próprias concepções de mundo que, com efeito, determinarão sua postura – questionadora ou conservadora – frente à docência.

Uma educação normalizadora que não problematiza e tampouco abre possibilidades para que os/as estudantes possam refletir criticamente o contexto social em que vivem, não exerce qualquer efeito, a não ser o de manter as estruturas econômicas e sociopolíticas intactas, por meio de um ensino mecânico e defasado, cuja função social colocada é o de formar um exército de mão de obra pacífico e meramente qualificado para ocupar postos no mercado de trabalho. Não é possível, dentro desses preceitos, promover uma educação inclusiva, crítica e democrática, que ultrapasse mecanicismos, conferindo formação política aos educandos com vistas à transformação social.

Neste contexto, a emergência de repensar o cotidiano e a dinâmica escolar a partir dos parâmetros construtores das identidades de gênero cumpre um papel importante e atual. Partindo destas colocações, esta pesquisa se propõe a analisar a invisibilidade das identidades não binárias de gênero em livros didáticos de língua portuguesa do ensino médio. Por isso, a minha reflexão parte de um questionamento cujo cerne quer compreender, de fato: qual realmente é o papel da escola, da educação, da educação linguística e do material didático na contemporaneidade?

CAPÍTULO 3

REPRESENTAÇÕES DE IDENTIDADES E PERFORMANCES DE GÊNERO EM LIVROS DIDÁTICOS

“Existe uma maneira de categorizar os corpos? O que as categorias nos dizem? As categorias nos dizem mais sobre a necessidade de categorizar os corpos do que sobre os próprios corpos”.
Judith Butler.

No capítulo anterior, eu trouxe discussões relevantes acerca das relações de gênero e a teoria queer. Argumento ali, também, sobre a linguagem como cis normalizadora e outros aspectos fundamentais que estão interligados como, por exemplo, escola, educação linguística e as construções sociais normalizadoras hegemônicas. Essas construções ainda são visíveis em materiais pedagógicos e nos livros didáticos. Neste capítulo de análise, mostro essas institucionalizações hegemônicas e como, muitas vezes com o auxílio do livro didático, são naturalizadas.

Escrevo pautado na teoria queer e na ADC, visto que esta última problematiza e desestabiliza as ideologias e as relações de poder. Assim, como o livro didático ainda é a principal ferramenta pedagógica utilizada por agentes em sala de aula, procuro observar as relações de gênero, os discursos e as ideologias veiculadas neste recurso pedagógico, a fim de mostrar que há prevalência de alguns discursos em relação a outros. Observo que as performances de gênero cis-heterossexuais são representadas e as demais são invisibilizadas nesse material pedagógico.

3.1 A coleção Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso – PNLD 2018/2019/2020

A coleção Português Contemporâneo: Diálogo, Reflexão e Uso – PNLD 2018/2019/2020, da Editora Saraiva, organizada pelo autor William Cereja, e pelas autoras Carolina Dias Viana e Christiane Damien, é dividida em três componentes curriculares de língua portuguesa do ensino médio: 1º ano, 2º ano e 3º ano. Desde o início dos três componentes o autor e as autoras dão uma apresentação para os estudantes, eles afirmando que:

Lidamos com linguagens o tempo todo: para opinar, para pedir, para ceder, para brincar, para brigar, para julgar, e assim vamos construindo nossas identidades e sendo construídos pela realidade que nos cerca, pelos outros sujeitos com quem interagimos, pelos textos que lemos, ouvimos e produzimos. Neste livro, tomamos como base essa relação que você já tem com a linguagem para apresentar e discutir diferentes questões sobre a nossa língua, sobre nossas produções literárias e culturais e sobre os textos que produzimos em nossa vida. (CEREJA; VIANNA; DAMIEN, 2016, p. 3).

Esse recado que o autor e as autoras deram para os/as estudantes evidencia a importância e os efeitos que a linguagem exerce sobre nós e como construímos nossas identidades. Então, a ideia geral do livro é mostrar aos sujeitos em formação que usamos a linguagem em todas as nossas práticas sociais. Por ser assim, como pesquisador em ADC, analiso imagens, textos e atividades e verifico se, nessa coleção de língua portuguesa do ensino médio, as construções identitárias dão conta de representar ou invisibilizar as performatividades distintas de gênero. Ou se ainda representam apenas as identidades cis-heteronormativas de acordo com as ideologias e hegemonias dominantes.

O livro do primeiro ano está dividido em quatro unidades: Rumores da língua e da literatura; Engenho e arte; Palavras em movimento e Palavras e razão. No volume do segundo ano as quatro unidades são: Eu e o mundo; O tempo de cada um; em busca da verdade e Palavra e música. O livro do terceiro ano, também dividido em quatro unidades, apresenta: Ruptura e construção; Palavra e persuasão; Hora e vez da linguagem e Caminhos.

Nesses três livros da coleção, seleciono textos, imagens e atividades a fim de observar a representatividade ou não das distintas performances identitárias de gênero, quais discursos são veiculados e como eles se dão sobre o meu objeto de estudo. Por isso, utilizo o método qualitativo/interpretativista. Cabe a mim, como analista crítico, identificar o problema, as práticas sociais e problematizar, desvelar as estratégias de poder, ideologia e hegemonia, ainda presentes nos livros didáticos. De acordo com Pereira (2014), esses manuais de ensino são importantes ferramentas para exercer funções formadoras nas constituições dos sujeitos. Ainda para este autor, “o livro didático desempenha importante papel no processo de produção e reprodução de práticas sociais, por meio de discursos ideológicos com potencial de gerar atitudes de assimilação e aceitação, mas também de questionamento e resistência a essas práticas” (PEREIRA, 2014, p. 206).

Assim, em vista da enorme importância que o livro didático assume enquanto instrumento pedagógico na formação humana e enxergando a tendência desse material de produzir e reproduzir relações de poder assimétricas e desiguais que prevalecem na sociedade. Vejo a ADC como um método de pesquisa adequado, pois, conforme Vieira e Macedo (2018, p. 63), ela “busca ser uma prática social transformadora da sociedade porque atribui aos analistas o papel de interventores sociais por meio do seu trabalho em análise, opondo-se às estratégias e aos discursos das elites”.

Nesse sentido, o método em ADC me move a investigar as ideologias e hegemonias naturalizadas, institucionalizadas que ainda são veiculadas no livro didático. Após as observações feitas na coleção em análise, percebi que os livros geralmente não abordam ou sequer mencionam questões relacionadas às distintas performances de gênero, ou quando trata algo a respeito, ainda é a ordem cis-heterossexual que tem representatividade. Em textos, imagens e atividades, a ênfase é para a cis-normatividade, invisibilizando as performances de gênero que estão em desacordo com as institucionalizações hegemônicas.

O livro didático é uma ferramenta pedagógica que exerce uma função importante para a formação dos sujeitos. Compreendo-o como um instrumento capaz de proporcionar mudanças na aprendizagem e no pensamento crítico, visto que pode manter ou mudar as relações de poder. No caso específico da coleção que ora analiso, é relevante dizer que no ano de sua edição – 2016 - a política brasileira encontrava-se em plena ebulição, num movimento pró-direita conservadora que culminou com a deposição da presidenta Dilma Rousseff, danado início, então, à marcha da extrema direita rumo ao poder, o que ocorre em 2018.

Com isso, as ideias e discursos conservadores prevaleceram em todos os aspectos sociais, não seria diferente nas instituições escolares. Com esse avanço conservador, as políticas públicas voltadas às diversidades começaram e continuam a ser massacradas, num esforço para desmontar toda e qualquer política pública de cunho social e voltada para os direitos de minorias sociais subalternizadas. Nesses grupos que vêm sendo massacrados e deliberadamente empurrados para a marginalidade estão agricultores, sem-terra, população urbana sem teto, povos indígenas e quilombolas, religiões não cristãs, especialmente de matrizes africanas, mulheres feministas, ONGs de caráter social, deficientes, gays, lésbicas, transexuais

e todas as demais identidades de gênero que fogem à norma cis-heteronormativa que impera nos meios políticos e na sociedade.

Após o ano de 2018 e como marco do governo brasileiro atual, o combate à famosa e fictícia “ideologia de gênero”, políticas públicas voltadas para as questões de gênero ou foram extintas ou inverteram completamente o foco, pois iniciou-se uma gestão presidencial machista, misógina, racista e homofóbica. Os discursos do governo são pautados na ignorância, falta de conhecimento e o ódio se propaga em relação às classes sociais pobres, às questões de raça e gênero.

3.2 Hegemonia e relações de poder naturalizadas no livro didático

O livro didático tem um papel importante para a formação de sujeitos críticos; ele é, conforme Pereira (2014) um instrumento cultural, ideológico e político e pode desempenhar papéis fundamentais no processo de produção e reprodução de práticas sociais, como também gerar questionamentos, resistência a essas práticas e causar mudanças. Assim, de acordo com Pereira (2014, p. 215),

[...] o livro didático é um eficiente instrumento de disseminação e constituição de discursos que circulam em uma determinada sociedade. Esses discursos, por sua vez, veiculam ideias e valores, reproduzem modelos e normas de comportamento que, uma vez sancionados pela sociedade, tornam-se o padrão que seus integrantes devem seguir.

Concordo com este autor, nos livros didáticos ainda são veiculados e disseminados discursos e ideias que reproduzem as normas de comportamentos cis-heteronormativas e quando o assunto se refere a relações afetivas e amorosas o amor representado é o heterossexual, as outras performances de gênero são invisibilizadas, silenciadas. Ainda segundo ele,

É possível identificar pressupostos referentes às identidades masculina e feminina, mais uma vez tidas como fixas, previsíveis e imutáveis: há apenas uma única forma de manifestação de masculinidade e de feminilidade, ou seja, os sujeitos que os livros didáticos representam possuem identidades de gênero associadas à prática heterossexual, não considerando as diversas possibilidades de manifestação do que é ser homem e ser mulher, das diferentes formas de manifestação das afetividades. (PEREIRA, 2014, p. 219-220).

Minha pesquisa está de acordo com os argumentos mostrados e evidenciados por este autor, visto que, nos livros que analiso, as representações afetivas ainda são voltadas para as normas cis-heterossexuais. Percebo que na coleção analisada, atividades e textos verbais e não-verbais ainda apresentam discursos hegemônicos, não se tem espaço para outros discursos constituídos e tidos como marginalizados.

Relações afetivas aceitas socialmente, segundo os livros didáticos, ainda são basicamente as performances cis-heteronormativas. Assim, este instrumento pedagógico ainda é reprodutor de ideologias e hegemonias dominantes, mas pode ser problematizado, questionado, ressignificado, conforme atestam e demonstram as reflexões propostas pela teoria queer pensada por Judith Butler e as análises propostas pela ADC, cujo principal articulador é o estudioso Norman Fairclough.

3.3 As performances identitárias de gênero na coleção “Português Contemporâneo - Diálogo, Reflexão e Uso”

Com essa pesquisa das performances identitárias de gênero meu intuito é perceber se nos livros didáticos ainda são veiculados discursos hegemônicos e ideológicos relacionados à cis-heteronormatividade. Conforme Butler (2013) aponta, os discursos cis-heteronormalizadores detêm a ordem, eles exercem um privilégio diante dos demais, nas práticas sociais.

Corroborando com esta autora, a análise de discurso crítica investiga a linguagem e desvela relações de poder e hegemonia. A ADC observa questões de manifestação de desvantagens naturalizadas na linguagem, por meio de textos veiculados na sociedade. De acordo com Batista Jr., Sato, Melo (2018, p. 11),

As práticas sociais moldam e são moldadas pelo discurso. No desenvolvimento das práticas sociais, a linguagem pode assimilar novos paradigmas ou novos contornos. Essa capacidade de moldar e ser moldada é chamada pela ADC de propriedade dialógica do discurso ou de discurso dialógico, em que as ações são parcialmente discursivas e os elementos das práticas, embora não sejam apenas discurso (por não se reduzirem a esse elemento), são formados, moldados e influenciados pelo discurso. O poder do Estado deriva das leis, do poder de polícia e do aparato bélico. Contudo, é sustentado e difundido pelo discurso. Assim, o poder não é discurso, mas é operado por ele para posicionar as pessoas em papéis que perpetuam o arranjo social.

Assim, como analista de discurso crítico, observo a constituição das performances de gênero, visto que a mudança social pode acontecer nessas práticas frente ao discurso cis-heteronormativo, uma vez que ainda é veiculado com total predominância nos livros didáticos. As estruturas tradicionais de gênero devem ser questionadas, afim de se fazer perceber que existem outras identidades sexuais de gênero, tais como: gays, bissexuais, transgêneros e tantas outras. Diante disso, selecionei alguns textos, imagens e atividades da coleção em análise para mostrar essas constituições das performances de gênero, se ainda estão naturalizadas nos livros didáticos. Com categoria de análise, observo como são feitas as enunciações materializadas nos textos, as relações entre intertextualidade e hegemonia, as formas de discursos direto ou indireto, as metáforas, que institucionalizam, minimizam as relações de poder, como os textos, as palavras, influenciam ou não nas mudanças sociais e discursivas.

Assim, a linguagem como prática social, os textos que se veiculam em materiais didáticos materializam-se juntamente aos sujeitos sociais, naturalizando discursos, afirmando alguns e invisibilizando outros. Nos textos que analiso não há referências a outras performances de gênero não-binárias, homem x mulher, podem ser pelo fato de serem insignificantes e não estarem de acordo com as institucionalizações discursivas de ordem hegemônica e dominante. As ideologias veiculadas excluem, invisibilizam as performances identitárias LGBTQIA+. O texto por sua vez, é a unidade básica de análise, eles têm efeitos causais, eles podem causar mudanças. Conforme Magalhães, Martins e Resende (2017), as análises centram-se em conceitos como poder, ideologia e discurso, partir desse tripé, podemos desdobrar conceitos novos, e, as mudanças discursivas, as mudanças sociais podem acontecer.

Começo as análises mostrando dois textos que estão no volume 1, capítulo 1- Literatura, Língua e linguagem e Gênero do discurso, da coleção estudada. Nesse capítulo, problematizo uma atividade de produção textual, nas páginas 28, 29 e 30. Esta atividade com ênfase para os gêneros do discurso, apresenta seis textos de diferentes gêneros textuais, verbais e não verbais que abordam a temática das flores. Atento-me, especificamente, aos textos 3 e 5, que levam a uma compreensão e entendimento de sentido relacionado à utilidade das flores em relação às performances e relações afetivas. Vejamos esses dois textos:

Figura 1



Texto 5

Eu nunca recebi flores, e isso me frustra. A maior parte das pessoas vai dizer que é frescura minha, mas me sinto um peixe fora d'água sempre que estou entre outras garotas e percebo que sou a única que nunca ganhou nenhuma. [...].

Houve um tempo que eu dizia que não gostaria de receber flores, que preferia receber qualquer outra coisa, que dar flores a alguém se resume em perda de tempo e dinheiro. Hoje retiro tudo o que disse. Quero um príncipe encantado de camiseta e calça jeans me esperando no portão com um buquê de rosas na mão e um sorriso no rosto. [...]

(Disponível em: <http://holdness.tumblr.com/post/41162192508>. Acesso em: 2/6/2015.)

Literatura, Língua e linguagem. Gêneros do discurso **CAPÍTULO 1** 29

Fonte: Livro Didático Português Contemporâneo. Primeiro ano. Unidade 1: Capítulo 1 (p. 29)

Em ambos os textos, numa visão geral se percebe claramente a performance cis-heteronormativa, institucionalizada e naturalizada em relação à afetividade amorosa. As expressões “quando estou entre outras garotas, “príncipe encantado, excluem imediatamente outras performances de gênero que não sejam inteligíveis, binárias : homem x mulher. Porque só as mulheres ganham flores? Porque tem de ser um homem cis-heteronormativo a dar-lhe flores a uma mulher, naturalizando essa relação?! Não poderia ser uma mulher presentear outra mulher, ou um homem presentear um homem com flores?

O texto 3, apesar da linguagem não verbal ser em forma de desenho, apresenta-se de acordo com a lógica binária de gênero. Fazendo uma leitura não crítica inicial, percebe-se uma pessoa do sexo feminino à espera de flores, por

alguém do sexo oposto a ela. No texto 5, o eu-lírico, também do sexo feminino, está à espera de um príncipe e que este lhe traga flores. Isso ainda nos remete à hegemonia social, visto que a institucionalização, as normas amorosas, ainda remetem e direcionam os sujeitos sociais à matriz inteligível príncipe x princesa. O discurso direto na frase “quero um príncipe encantado de camiseta e calça jeans me esperando no portão com um buquê de rosas na mão e um sorriso no rosto”. [...], naturaliza as performances sexuais hegemônicas, como uma espécie de ordem, poder e institucionalização. De acordo com Magalhães, Martins e Resende (2017), o que pode ser convencionalmente chamado de “discurso direto” diz palavras reais usadas pelos ou pelas falantes, sendo assim, há atribuições normativas e de ordem. Já, em textos com discurso indireto podem existir parafraseações do que foi dito realmente ou escrito. Discursos indiretos suavizam para manter essas hegemonias, essas ordens ideológicas de poder.

Conforme Bakhtin (2006), todos os enunciados estão cheios de outros enunciados explícitos ou implícitos, a nossa fala é preenchida com outras palavras de outros falantes, então, nestes dois textos em análise, as enunciações materializam a cis-heteronormatividade e corroborando com Bakhtin, Fairclough (2016) aponta sobre as relações entre intertextualidade e hegemonia, posso afirmar que esses dois textos estão de acordo com a norma de gênero, com as convenções sociais institucionalizadas. Eles mantêm-se hegemônicos de acordo com os discursos normalizadores, ainda de acordo com Fairclough (2016, p. 141), o conceito de intertextualidade “aponta para a produtividade dos textos, para como os textos podem transformar textos anteriores e reestruturar as convenções existentes (gêneros discursivos, discursos) para gerar novos textos”. Entretanto, tudo isso é limitado e restrito devido as relações hegemônicas, ideológicas. Nesse caso, os textos em debate mantiveram essas relações de poder, não ocasionando mudanças discursivas para outras performances de gênero e novas práticas sociais.

Ao evidenciar esses dois textos, exponho a problemática questionada por Guacira Lopes Louro (2004), para quem os materiais didáticos ainda veiculam discursos desiguais de gênero e os agentes e professores/as não críticos/as mantêm esses discursos naturalizados. Então, é preciso colocar em debate, questionar essas naturalizações e dimensões que oprimem e mantêm a norma inteligível, que precisam ser desestabilizadas, problematizadas. Isso são alguns

passos para avançar sobre a equidade e diversidade das performances identitárias de gênero nos ambientes educacionais.

Continuo a análise e seleciono as páginas 80, 81, 82 e 83, do volume 1, capítulo 3- Literatura, na Baixa Idade Média: o teatro vicentino, funções da linguagem e o texto teatral. Neste capítulo, seleciono um texto teatral intitulado “O que os meninos pensam delas?” e a atividade de interpretação textual que o segue. Observemos:

Figura 2

O que os meninos pensam delas?

A ação se passa na sala de estar de um apartamento de classe média, num dos últimos andares. Um pôster de algum astro de música pop decora uma das paredes. As meninas fazem reverência a ele de vez em quando.

Sábado à tarde. Televisão, revistas espalhadas por todo o ambiente. Refrigerantes, salgadinhos, etc. A cena começa com Carol e Ana Paula acompanhando um clipe internacional de rock na TV, lendo a letra da música em uma revista. As duas cantam, dançam. De repente, Ana Paula emburra e desliga a TV.

CAROL

Eh, animal! Dá aqui esse controle remoto! O que foi agora, Ana Paula?

ANA PAULA

Não se faça de desentendida!

CAROL

Eu tava desafinando tanto assim?...

ANA PAULA

Não! É que eu tô aqui toda amiguinha sua e me lembrei que eu devia estar uma fera com você!

CAROL (*liga novamente a TV, mais baixo*)

Fera comigo?! Tô louca? O que que eu fiz, Ana Paula?

ANA PAULA

Eu vou embora! (*começa a juntar algumas revistas*)

CAROL

Como vai embora? Sua mãe viajou! Vai ter que me aguentar o fim de semana in-tei-ri-nho! E eu vou conversar até de madrugada, você não vai conseguir dormir!!! (*gargalhada macabra*) Porque eu tenho insônia!!!!

ANA PAULA

E a noite tá só começando...



CAROL (*Terrorista*)
Eu tenho insônia!

ANA PAULA
Para! Que terrorismo! (*procura algo nas revistas*) Insônia, insônia... Eu tenho a solução. Cadê?

T'aqui: "um copo de leite morno antes de dormir pode ajudar". Pronto. Você mama e dorme.

CAROL
Não adianta copo de leite morno. É mal de família. Só dormimos depois das três.

ANA PAULA
Se ao menos usasse esse tempo pra estudar, garanto que tirava notas melhores.

CAROL
Começou a humilhação. A vingança da CDF! Se eu não fosse sua amiga, Ana Paula, juro que ia ser sua pior inimiga!

ANA PAULA
Amiga! Que amiga?... Contar pro Toninho que eu tava a fim dele!?

CAROL
Ah! É por isso que você tá tão fula da vida?

ANA PAULA
Contou ou não contou?

CAROL
Contei, e daí? Você não tava mesmo a fim do cara?

ANA PAULA
Tava! Mas era segredo, entre mim e você! Cadê? (*procura nas revistas*) Ah! Essas revistas são a minha salvação! Achei! (*beija a revista*) Tem aqui uma coisa básica sobre paquera, escuta só: "Quando o menino sabe que a menina tá a fim, a tendência é a relação esfriar". E foi o que aconteceu! O Toninho começou a me evitar!!!

CAROL
Ai, Ana Paula! Só quis ajudar, poxa... O cara também não se decidia! Uma hora dava bola, outra hora, não... Cara indeciso... (*vai pegar a pipoca*)

ANA PAULA
Eu detesto isso, detesto! Deixa que eu resolvo as minhas coisas do meu jeito!

CAROL (*Carol dá de ombros, come pipoca*)
Só quis ajudar...

ANA PAULA
Dispensando a sua ajuda! Sempre que eu dou ouvidos pros seus planos eu me ferro. Sempre! Eu não me abro mais com você, Carol! Nunca mais!

CAROL (*se desculpando*)
Puxa vida, Aninha, também não é pra tanto...

ANA PAULA
Cadê? (*procura nas revistas*) Onde tá? "Quando uma amiga rompe um segredo, isso, muitas vezes, significa que poderá romper muitos outros. Cuidado!"

CAROL
Ah, é? Então vem cá. *(procura também)* Tá naquela que tem o Leo di Caprio... *(encontra, lê)* Escuta essa: "Amigas também erram. Se houve sinceridade por tanto tempo, por que não perdoar um errinho de nada? Relaxa!" *(mostra pra Ana)* Tá vendo? *(oferece pipoca e abraço)*

Ana Paula aceita o abraço. Fazem gestos de reconciliação com as mãos.

ANA PAULA
Eu não devia! Não vai demorar muito pra você aprontar outra das suas! É do seu caráter...

CAROL
Enquanto isso...

AS DUAS
Anestesia!

As duas correm e se prostram em frente à TV por um tempo, comem pipoca.

(Adélia Nicolete. *O que os meninos pensam delas?* Disponível em: www.encontrosdedramaturgia.com.br/?page_id=599. Acesso em: 14/6/2015.)



1. Considerando o título da obra da qual foi extraído o texto — *O que os meninos pensam delas?* —, levante hipóteses: Qual é, provavelmente, o tema da peça?
2. O texto se inicia com dois parágrafos grafados em letras de tipo diferente — o itálico. Trechos como esse são chamados de rubrica. De acordo com esses parágrafos:
 - a. Em que lugar a cena acontecerá?
 - b. Que personagens participarão da cena? Qual é a idade delas? Comprove suas respostas com elementos do texto.
 - c. Qual é o nível social das personagens? Comprove sua resposta com elementos do texto.
 - d. Conclua: Qual é o papel da rubrica no início desse texto?
3. A partir do 3º parágrafo, a história começa a ser encenada.
 - a. Existe um narrador que conta o que acontece e o que as personagens falam?
 - b. De que modo a história se desenrola?
4. No texto, os diálogos cumprem um papel fundamental. De que modo o autor indica quem está falando?
5. Além da rubrica que introduz a peça, aparecem ao longo do texto outras rubricas, apresentadas sempre entre parênteses. Veja:

- "(começa a juntar algumas revistas)"
- "(gargalhada macabra)"
- "(se desculpa)"

- a. Qual dessas rubricas indica ação da personagem ou fato que está acontecendo?
 - b. Qual indica modo de falar?
 - c. Qual indica som?
 - d. Conclua: Qual é o papel dessas rubricas no texto?
- 6.** Carol e Ana Paula estão no apartamento de Carol, passando o fim de semana juntas.
- a. Como elas se sentem? Por que se sentem assim?
 - b. Ana Paula revela estar magoada com Carol. Qual é o motivo da mágoa?
- 7.** Ana Paula e Carol discutem e Ana Paula pega uma revista para fundamentar suas opiniões.
- a. Que tipo de revista você imagina que as personagens leem?
 - b. O que personagens como Ana Paula e Carol buscam em revistas como essa?
 - c. Elas parecem acreditar nos conselhos dados pela revista?
- 8.** Terminada a discussão, as meninas se abraçam e depois dizem, juntas: “Anestesia!”. Levante hipóteses: O que elas querem dizer com essa palavra, no contexto?



Fonte: Livro Didático Português Contemporâneo. Primeiro ano. Unidade 1: Capítulo 3 (p. 80-83)

O título deste texto – *O que os meninos pensam delas?* – já sugere a naturalização e hegemonia cis-heteronormativa, numa referência ao padrão binário de gênero, um padrão machista e misógino, pois meninas devem causar boas impressões aos olhos dos meninos. Toda a cena se passa em um ambiente hegemônico, de classe média branca. As meninas Carol e Ana Paula são adolescentes femininas de classe média que ao passar um final de semana juntas nos mostram reações dos nossos adolescentes femininos bem particulares. Idolatração á ídolos de rock masculinos (brancos, ricos, bonitos), como devem ser seus futuros maridos. Recorrem a revistas redigidas para adolescentes com o intuito de moldar seus caracteres. São sarcásticas e as vezes meio terroristas, o que é muito comum no comportamento adolescente feminino, competição. Nesse texto, não vejo a possibilidade de os personagens serem, ou assumirem outras performances de gênero LGBTQIA+. Mais uma vez a sociedade limita às possibilidades de

relações.cis-heteronormalizadoras. Elas devem atender às expectativas institucionalizadas socialmente de como ser mulher.

Isso está de acordo com os discursos vigentes nas esferas de poder dominante no momento atual no nosso país, onde os discursos vigentes giram em torno da fictícia “ideologia de gênero”, em que falsos religiosos na política brasileira manipulam as massas sociais. Partindo desta perspectiva, os agentes públicos que atuam no centro do poder avançam com seus discursos preconceituosos, discriminatórios, excludentes e intolerantes. Isso reforça os papéis e hierarquias sociais de gênero. Um bom exemplo desse tipo de discurso é o da ministra da família Damares Alves, ao afirmar que meninos vestem azul e meninas vestem rosa. Este texto em análise reafirma essa ideia da família tradicional brasileira, branca, cis-heteronormativa, hegemônica e de classe média. Conforme Junqueira (2018), isso anula a diversidade social e orienta a conter os avanços e debates acerca de gênero, sexo, sexualidade. Com isso, esses conservadores que estão no poder, querem manter intacta a matriz inteligível de gênero, baseada na divisão binária entre homens e mulheres, o livro didático por sua vez, ainda veicula essas hegemonias, ideologias e relações conservadoras. -

Os discursos veiculados no texto em análise mostram as expectativas sociais para meninas e meninos. Esses discursos são de manutenção da ordem estabelecida e, portanto, não causam mudanças sociais. Frases do tipo: contar pro Toninho que eu tava afim dele!?, Você não tava afim do cara?, Tá naquela que tem o Leo di Caprio.... Posso partir dessas frases para repensar a linguagem, problematizar, transgredir e não apenas reproduz o poder discursivo dominante e hegemônico. _ As atividades de interpretação também não demonstram avanços, elas só extraem informações do texto, não há problematizações e reflexões críticas acerca de outras formas de ver a realidade. Numa pergunta, questiona-se, sobre o nível social das personagens, logo, é um nível hegemônico, branco e de classe média. E, se o título do texto fosse uma inversão de posições? Isso só seria possível através de um professor ou professora que queira despertar, transgredir o ensino, avançar em todos os aspectos sociais. Esse ou essa profissional, conceituariam, problematizariam novos processos de contestação, reestruturação de “ordens do discurso como processos de luta hegemônica na esfera do discurso, que têm efeitos sobre a luta hegemônica, assim, como são afetados por ela no sentido mais amplo”. (FAIRCLOUGH, p. 141, 2016).

Certamente, a afetividade naturalizada nessa atividade é a matriz inteligível cis-heterossexual. É a rigidez das performances de gênero observadas por Butler (2013), uma vez que há essa orientação à norma binária, através da repetição e institucionalização. Outras performances afetivas de gênero são invisibilizadas e não representadas.

A ADC, em sua abordagem crítica, dialoga com essa ideia de Butler (2013) sobre essas moldagens discursivas, logo isso se estende em relação aos discursos vigentes de gênero. Fairclough (2016, p. 33), expõe sobre

(...) como o discurso é moldado por relações de poder e ideologias e os efeitos construtivos que o discurso exerce sobre as identidades sociais, as relações sociais e os sistemas de conhecimento e crença, nenhum dos quais é normalmente aparente para os participantes do discurso.

Diante disso, evidencio a importância de questionar e problematizar as ideologias e os discursos naturalizados e institucionalizados nos livros didáticos. As práticas discursivas presentes nesses materiais ainda moldam os sujeitos e as identidades sociais como se aparentemente estivessem todas “normais”, como se a única forma afetiva que existe fosse a cis-heterossexual. Entretanto, as performances de gênero não inteligíveis estão presentes na sociedade, mas ainda não são representadas; pelo contrário, são invisibilizadas. De acordo com Iran Ferreira de Melo,

Gênero e sexualidade e questões de raça, etnia e tantas outras, os olhares sobre isso, as concepções sobre isso estão na sala de aula, estão na escola o tempo inteiro, estão inclusive nas relações mais micro, mais imediatas, quando a gente fala o nome de alguém, ou trata alguém de uma determinada forma, mesmo sabendo que aquele alguém não advoga por aquela forma de tratamento, aquele nome, e aí, a gente vai de encontro ao desejo do outro. Então a gente corrobora e passa a fornecer alguma maneira de aula. (MELO, Canal da Abralín & Alab no YouTube, 2020)

Este autor, ao abordar essa questão, expõe sobre essas performances de gênero, que estão presentes em todas as esferas sociais, inclusive na sala de aula. Então, diante desta análise performática de gênero nos livros didáticos, corroboro seus argumentos. Já que essas identidades existem e ocupam todos os espaços, elas então, precisam de representatividade, visibilidade e aceitação. Na contramão disso, os discursos veiculados no livro didático ainda reproduzem predominantemente as ideologias e o poder hegemônico. Esse material pedagógico

tem caráter instrucional. Conforme Pereira (2014, p. 206), o livro didático “exerce também uma função formadora na constituição dos indivíduos que o acessam, e, portanto, da realidade social na qual se insere”.

No volume 3, unidade 1, capítulo 3 – A geração de 22, regência verbal e o conto fantástico, observo e analiso o poema “O laço de fita”, de Castro Alves, página 73. Farei também, problematizações em relação ao poema “Namoro”, de Viriato da Cruz, páginas 301-302, no mesmo volume, unidade 4, capítulo 3 – Literaturas africanas de língua portuguesa e literatura negro-brasileira – análise linguística: polissemia e ambiguidade e entrevista de emprego. Vejamos os textos:

Figura 3

O laço de fita

Não sabes, criança? 'Stou louco de amores...
Prendi meus afetos, formosa Pepita.
Mas onde? No templo, no espaço, nas névoas?!
Não rias, prendi-me
Num laço de fita.

Na selva sombria de tuas madeixas,
Nos negros cabelos da moça bonita,
Fingindo a serpente qu'enlaça a folhagem,
Formoso enroscava-se
O laço de fita.

Meu ser, que voava nas luzes da festa,
Qual pássaro bravo, que os ares agita,
Eu vi de repente cativo, submisso
Rolar prisioneiro
Num laço de fita.

E agora enleada na tênue cadeia
Debalde minh'alma se embate, se irrita...
O braço, que rompe cadeias de ferro,
Não quebra teus elos,
Ó laço de fita!

Meu Deus! As falenas têm asas de opala,
Os astros se libram na plaga infinita.
Os anjos repousam nas penas brilhantes...
Mas tu... tens por asas
Um laço de fita.

Há pouco voavas na célere valsa,
Na valsa que anseia, que estua e palpita.
Por que é que tremeste? Não eram meus lábios...
Beijava-te apenas...
Teu laço de fita.

Mas aí! findo o baile, despindo os adornos
N'alcova onde a vela ciosa... crepita,



Nelson Prévazi

alcova: pequeno quarto onde está o leito.
cativo: escravo, prisioneiro.
cioso: zeloso.
debalde: em vão, inutilmente.
enleado: enredado, entrelaçado.
estuar: agitar-se em ondas.
falena: borboleta noturna.
librar: equilibrar-se, basear-se.
madeixa: mecha, feixe de cabelos.
opala: pedra preciosa.
plaga: região.
tênue: fino, delicado.

Talvez da cadeia libertes as tranças
Mas eu... fico preso
No laço de fita.

Pois bem! Quando um dia na sombra do vale
Abrirem-me a cova... formosa Pepita!
Ao menos arranca meus louros da frente,
E dá-me por c'roa...
Teu laço de fita.

(Castro Alves. In: Célia A. N. Passoni (org.),
Melhores poesias. São Paulo: Núcleo, 1996. p. 30-1.)

- 1.** No poema “Laço de fita”, o eu lírico expressa suas emoções.
 - a.** Como ele se sente?
 - b.** O que representa o laço de fita, que recebe destaque no poema?

- 2.** O poema “Laço de fita” apresenta um conjunto de imagens formadas por palavras como *prendi, enroscava-se, prisioneiro, cadeias de ferro, elos*, entre outras.
 - a.** Como o eu lírico se sente em relação à pessoa amada?
 - b.** Ele deseja essa condição ou quer se livrar dela? Justifique sua resposta.

Fonte: Livro Didático Português Contemporâneo. Terceiro ano. Unidade 1: Capítulo 3 (p. 73-74)

O poema “Laço de fita” apresenta discursos naturalizados em relação às performances de gênero cis-heterossexuais. Ele atende às expectativas esperadas socialmente para as relações amorosas de acordo com a lógica binária estabelecida. Nele, a idealização amorosa e os sentimentos nos remetem ao amor de acordo com a matriz inteligível. A própria imagem é de uma mulher com laço de fita, bonita, branca como a sociedade normatiza, institucionaliza ser o ideal, o laço de fita no cabelo da moça representa o amor sentido pelo eu - lírico e a característica da

mulher que arrebatou o coração dele. Para ele, a mulher é linda, bastante sensual e insinuante. No trecho “prendi-me num laço de fita”, signos e metáforas naturalizam o amor, o desejo cis-heteronormativo. Por sua vez, a metáfora é comum em textos literários, que é o caso desse poema em análise, de acordo com Fairclough (2016), quando queremos significar algo por meio de uma metáfora e não de outra, construímos a realidade como queremos construir, elas estruturam nossos pensamentos, nossas ações, nossas ideologias e isso gera eleitos e influências sociais. Sendo assim, elas são naturalizadas nos textos, nos discursos, na cultura. “As pessoas não apenas deixam de percebê-las na maior parte do tempo, como consideram extremamente difícil escapar delas no discurso, no pensamento ou na ação”. (FAIRCLOUGH 2016, p. 251).

Palavras como “pepita”, “falena”, “tênue”, “laço de fita”, afirmam a performance social esperada para uma pessoa do sexo feminino, que é ser delicada, frágil, romântica, submissa, passiva. Ele apresenta uma série de características e discursos estereotipados do que é ser mulher, tudo o que se espera de uma performance feminina na perspectiva binária homem x mulher.

As atividades relacionadas a esse poema se limitam apenas aos aspectos formais e literários. Não problematiza, não questiona as concepções que são expressas por meio dos discursos presentes nele. Essas atividades ajudam a manter as normas sociais esperadas e, com isso, as mudanças sociais, reflexivas, críticas, não acontecem. Mas, apesar de visualmente carregar traços da feminilidade poderíamos transgredir, problematizar, criar hipóteses sobre uma possível performance de uma drag queen, uma mulher trans, ou até mesmo uma travesti.

Diante disso, evidencio a importância em desvelar esses discursos naturalizados nos livros didáticos. Os textos veiculados nesses materiais, representam as normatizações sociais. Há, portanto, uma invisibilização e um apagamento de outras performances de gênero que não estão de acordo com essas institucionalizações. Essas ideologias naturalizadas precisam ser colocadas em discussão para que as mudanças sociais possam acontecer. Conforme Fairclough (2013), as relações de poder moldam os discursos; sendo assim, determinadas identidades sociais podem exercer poder e domínio sobre outras. Discursos veiculados por meio de textos verbais e não verbais constituem as relações sociais de dominação, privilegiam umas identidades e invisibilizam outras. Isso ficou evidente nos textos e atividades que analiso. Neles podemos observar que as

performances cis-heterossexuais são privilegiadas em relação às demais. Diante disso, concordo com o entendimento de Magalhães (2017) de que nós, como agentes críticos, precisamos debater os problemas sociais, refletir, ressignificar. Assim, poderá haver mudanças sociais através de um olhar crítico para as questões de gênero, que não são problematizadas nos livros didáticos. Estes materiais deveriam veicular textos que viessem a possibilitar emancipações políticas e de direitos que visem todos os grupos, todas as diversidades sociais. A seguir, analiso o poema “Namoro”:

Figura 4

Namoro

Mandei-lhe uma carta em papel perfumado
e com a letra bonita eu disse ela tinha
um sorrir luminoso tão quente e gaiato
como o sol de Novembro brincando de artista nas acácias floridas
espalhando diamantes na fimbria do mar
e dando calor ao sumo das mangas.
Sua pele macia — era sumaúma...
Sua pele macia, da cor do jambo, cheirando a rosas
tão rijo e tão doce — como o maboque...
Seu seios laranjas-laranjas do Loge
seus dentes... — marfim...
Mandei-lhe uma carta
e ela disse que não.

Mandei-lhe um cartão
que o Maninho tipografou:
"Por ti sofre o meu coração"
Num canto — Sim, noutro canto — Não
E ela o canto do Não dobrou.

Mandei-lhe um recado pela Zefa do Sete
pedindo rogando de joelhos no chão
pela Senhora do Cabo, pela Santa Ifigênia,
me desse a ventura do seu namoro...
E ela disse que não.

Levei à avó Chica, quimbanda de fama
a areia da marca que o seu pé deixou
para que fizesse um feitiço forte e seguro
que nela nascesse um amor como o meu...
E o feitiço falhou.

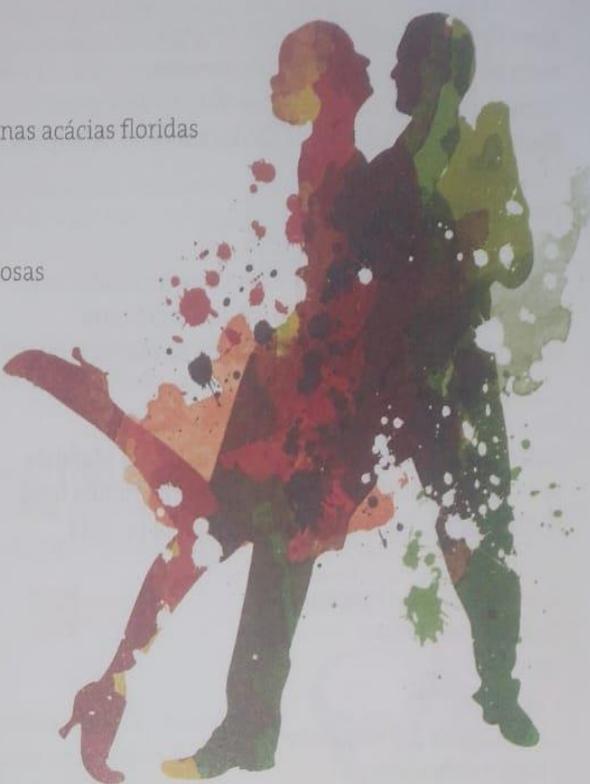
[...]

Andei barbado, sujo e descalço,
como um mona-ngamba
Procuraram por mim
" — Não viu... (ai, não viu...?) Não viu Benjamim?"
E perdido me deram no morro da Samba.

Para me distrair
levaram-me ao baile do só Januário

mas ela lá estava num canto a rir
contando o meu caso às moças mais lindas do
[Bairro Operário]

Tocaram uma rumba — dancei com ela
e num passo maluco voamos na sala
qual uma estrela riscando o céu!
E a malta gritou: "Aí, Benjamim!"
Olhei-a nos olhos — sorriu para mim
pedi-lhe um beijo — e ela disse que sim.



fimbria: beira, franja.
maboque: fruta semelhante à laranja, mas de casca dura.
malta: turma.
mona-ngamba: carregador.
quimbanda: curandeira.
sumaúma: paina; fibra oriunda dos frutos da paineira.

(Viriato da Cruz. In: Rogério Andrade Barbosa. *No ritmo dos tantãs*. Brasília: Thesaurus, 1991. p. 95-6.)

teraturas africanas de língua portuguesa e literatura negro-brasileira. Análise linguística: polissemia e ambiguidade. Entrevista de emprego **CAPÍTULO 3** 301

1. No poema “Namoro”, o eu lírico, identificado no texto como Benjamim, se apaixona por uma moça e tenta se aproximar dela.
 - a. Até a quarta estrofe, de que meios ele se vale para tocar o coração da moça?
 - b. Desses meios, quais são escritos?
 - c. De que tipo são os outros meios?
2. Compare o tamanho e o conteúdo das quatro primeiras estrofes do poema “Namoro”.
 - a. Qual delas é maior? O que justifica o tamanho dessa estrofe?
 - b. A mulher amada se sensibiliza com elogios, chantagens ou fervor religioso?



REGISTRE
NO CADERNO

Fonte: Livro Didático Português Contemporâneo. Terceiro ano. Unidade 4: Capítulo 3 (p. 301-302)

Nesse poema, também veiculam discursos cis-heteronormativos naturalizados e por apresentar uma linguagem literária constituído também por metáfora, que percebo no trecho [...] sorrir luminoso tão quente e gaiato como o sol de novembro brincando de artista nas acácias floridas espalhando diamantes na fímbria do mar... Aqui, há elementos potentes para contribuir e manter a afetividade cis-heterossexual. De acordo com Fairclough (2016, p. 251), “ilustra muito bem a eficácia das metáforas na estruturação da realidade de uma forma particular”. Palavras, também, como: “pele macia”, “cheirando a rosas”, “folhes de acácia”, “seios”, são algumas das atribuições à performance feminina esperada socialmente, logo, excluem outras performances não binárias de gênero. Sujeitos LGBTQIA+ não são representados, são invisibilizados. O poema de um modo geral está repleto de discursos que veiculam normatizações de performances de gênero que atendem às expectativas sociais. A imagem, apesar de ser em forma de desenho, nos leva ao entendimento e à naturalização de discursos esperados socialmente, ela evidencia e naturaliza a performance cis-heterossexual, as concepções binárias, homem x mulher. Isso remete à convicção de Ferreira (2014) de que os livros didáticos possuem o poder de privilegiar e empoderar ainda mais as identidades que já são privilegiadas socialmente. Entretanto, eu como crítico, também poderia questioná-la, visto que, tanto o homem quanto a mulher, poderiam ser performances trans, drags, travestis. As atividades relacionadas a esse poema também se limitam apenas aos

aspectos formais e literários. Não problematizam, não questionam as concepções que são expressas por meio dos discursos presentes nele.

Portanto, debates sobre questões de sexualidade, identidades e gênero são necessários e essenciais para se pensar as identidades além do binarismo cis-heterossexual. Devemos, no entanto, desestruturar, desnaturalizar essas questões que aparentemente são “normais”. De acordo com Butler (2013), em relação à sua teoria da performatividade de gênero, a cis-heteronormatividade é institucionalizada nas práticas sociais, pois, sexo, gênero e desejo sexual estão imersos compulsoriamente. Sujeitos sociais não têm possibilidades de viver suas verdadeiras identidades, visto que desde o nascimento somos orientados/as a sermos cis-heterossexuais e, portanto, nossas performances identitárias não podem estar em desacordo com essa matriz de inteligibilidade de gênero.

Nesta pesquisa, e principalmente após a análise dessa coleção de livros didáticos, isso ficou evidente. Na coleção analisada, nas atividades, nos textos verbais e não verbais a performance de gênero cis-heterossexual é representada e reforçada como a única possibilidade afetiva de identidade aceita e institucionalizada. Conforme ressalta Butler (2013), o que sustenta a sociedade por meio da linguagem é a cis-heteronormatividade e, assim, os discursos agem e oprimem sujeitos gays, lésbicas, trans e outros. Ainda de acordo com Butler (2013, p 168),

Essa heterossexualidade presumida, sustenta, age no interior do discurso para transmitir uma ameaça: “você-será-hetero-ou-não-será-nada.” Mulheres, lésbicas e gays não podem assumir a posição de sujeito falante no interior do sistema linguístico da heterossexualidade compulsória. Falar nesse sistema é ser privilegiado da possibilidade de fala; assim, simplesmente falar nesse contexto é uma contradição performativa, a afirmação linguística de um eu que não pode “existir” no interior da linguagem que o afirma.

Entretanto, é preciso mudar isso, ultrapassar essa matriz inteligível de gênero, visto que as identidades não são uniformes, existem outras possibilidades de ser homem e/ou de ser mulher. A linguagem produz esse poder de atuação sobre os corpos, direcionando-os à performance cis-heteronormativa, outras performances de gênero não têm possibilidade ou representatividade de fala no sistema linguístico da cis-heterossexualidade normalizadora. Corroborando com as ideias dessa filósofa, os estudiosos da ADC, principalmente Norman Fairclough (2016), problematizam essas relações assimétricas de poder através da linguagem. Para esse autor, os

discursos veiculados socialmente tendem a privilegiar uns sujeitos em relação a outros; é preciso questionar, desestabilizar esses discursos hegemônicos presentes nas práticas sociais.

Para finalizar a minha análise, apresento o texto *“Longe de mim ter preconceito, mas...”*, página 213, que está na unidade 3, capítulo 2 – A geração de 45: João Cabral de Melo Neto – análise linguística: informatividade e senso comum – a dissertação (II). E o texto *“Dicionário ‘Michaelis’ muda verbete de casamento após pressão on-line”*, página 271, que está na unidade 4, capítulo 1 – A literatura brasileira contemporânea – análise linguística: as diferentes formas de dizer – verbete e projeto de pesquisa. São os dois únicos textos veiculados na coleção que, de certa forma, apresentam avanços relacionados a temática da minha pesquisa. Vejamos:

Figura 5

Leia esta história em quadrinhos.

Laerte/Acervo do cartunista

"LONGE DE MIM TER PRECONCEITO, MAS..."

CRIME É CRIME! SE A VÍTIMA É GAY OU HETERO, DÁ NO MESMO!

HETERO É CONSIDERADO INSULTO? HETERO É RIDICULARIZADO POR SER HETERO?

NÃO.

HETERO SÃO PERSEGUIDOS NA ESCOLA? PRECISAM TER "DISCRIMINAÇÃO" EM RELAÇÃO A SEU DESEJO E MODO DE SER? SÃO RENEGADOS PELOS PAIS? DESQUALIFICADOS NO TRABALHO? CONSIDERADOS DESVIO DOS PLANOS DE DEUS? TEM SUA CIDADANIA PLENA NEGADA?

NÃO.

ENTÃO NÃO DÁ NO MESMO?

DÁ SIM! DÁ SIM!

Laerte

(Laerte. Acervo do cartunista.)

- Observe o título da história e levante hipóteses:
 - Por que ele está escrito entre aspas?
 - A qual das duas personagens essa mesma frase poderia ser atribuída, caso fosse uma fala no contexto da história?
 - Por que essa frase está no título, e não no balão da fala da personagem?
 - Qual relação pode ser estabelecida entre essa frase e o senso comum? Justifique sua resposta.
- Ainda a respeito do título:
 - Reescreva-o em seu caderno, substituindo as reticências por uma oração que traduza o sentido geral da tira.
 - Discuta com os colegas e o professor: Qual a função do operador argumentativo *mas* nesse contexto?
- Observe o 1º quadrinho.
 - Qual é a relação entre a fala da personagem e o senso comum?
 - Que sentimentos manifestam as expressões faciais das personagens?
- Observe o 2º e o 3º quadrinhos.
 - Qual é a relação entre as falas da personagem de vestido rosa e o senso comum?
 - Embora faça apenas perguntas, é possível considerar que as falas da personagem de vestido rosa têm um alto grau de informatividade. Justifique essa afirmação.
 - Que sentimentos manifestam as expressões faciais da personagem de casaco azul?
- Observe o último quadrinho.
 - Qual é a postura da personagem de casaco azul diante da conclusão da personagem de vestido rosa?
 - Justifique essa postura com base no modo como o senso comum é construído na sociedade.

A geração de 45: João Cabral de Melo Neto. Análise linguística: informatividade e senso comum. A dist

O texto *“Longe de mim ter preconceito, mas...”*, através da fala de uma das personagens, deixa evidente o que é vivenciado socialmente pelos sujeitos que não se enquadram aos moldes sociais de gênero. Pessoas LGBTQIA+ sofrem muito preconceito, ridicularização, discriminação, falta de aceitação familiar em todas as práticas sociais. De certa forma, a veiculação desse texto no livro didático demonstra alguns avanços em relação aos outros textos, atividades e imagens observadas anteriormente. Apesar dessa problematização, a construção discursiva do livro didático pouquíssimas vezes aborda questões de gênero e quando menciona através de algum texto, não vai ao centro da questão, visto que nesse texto não se dá margem para problematizar as concepções expressas pelos discursos veiculados nas falas de um dos personagens da história em quadrinhos.

O texto em questão reforça e reafirma a constatação da realidade social em que se observa o privilégio social por parte das pessoas cis-heterossexuais. Por outro lado, as pessoas LGBTQIA+ são ridicularizadas/os, discriminadas/os, insultadas/os, pelos seus desejos sexuais discordantes da lógica binária estabelecida. Por mais que nos livros didáticos ainda não se veiculam as múltiplas possibilidades de performar as identidades de gênero, esse texto, ao abordar sobre as identidades não binárias, traz um posicionamento contrário aos tipos de discursos e privilégios exercidos pela cis-heteronormatividade. Avança, portanto, no sentido de proporcionar debates acerca das outras performances identitárias de gênero. E, denuncia uma realidade cruel enfrentada por pessoas que não se encaixam, não estão de acordo com os modelos de performances legitimadas na sociedade com base nos preceitos da cis-heteronormatividade.

Essa abordagem abre espaço para problematizações e incorporações de discursos não hegemônicos em materiais didáticos. Esse texto mostra a naturalização e institucionalização dos discursos de poder que perpassam e se mantêm nas práticas sociais. Reafirmo, que, ao relacionar a teoria da performatividade de Judith Butler com os teóricos da ADC, justifico sobre a importância em duvidar do livro didático, tensionar essas relações de poder, e propor mudanças nessas práticas discursivas. Os discursos recorrentes, cis-heteronormativos, tidos como verdadeiros, mantêm a ordem hegemônica naturalizada pela linguagem. Vejamos o próximo texto:

Figura 6

Dicionário 'Michaelis' muda verbete de casamento após pressão on-line

De "união legítima entre homem e mulher" para "ato solene de união entre duas pessoas".

A petição *on-line* criada pelo paulista Eduardo Santarelo surtiu efeito: casado há três anos com o companheiro Maurício, ele pedia a alteração da definição de "casamento" no tradicional dicionário "Michaelis" em português.

Após mais de 3.000 pessoas endossarem o pedido de Maurício no site Change.com, Breno Lerner, diretor da Editora Melhoramentos, responsável pela publicação, se posicionou: "Agradecemos ao organizador e signatários por nos alertarem sobre este importante tópico", disse Lerner. "Solicitamos a nossos dicionaristas uma nova redação do verbete."

A mudança na versão digital do dicionário já aconteceu. "Para as versões em papel, conforme sejam feitas as reimpressões e novas edições, o verbete será corrigido", informou o diretor da editora.

Na definição anterior, casamento aparecia como "união legítima entre homem e mulher", e "união legal entre homem e mulher, para constituir família".

O novo verbete não traz em nenhum momento as palavras homem ou mulher – agora a definição de casamento se refere a "pessoas":

"1 Ato solene de união entre duas pessoas; casório, matrimônio. 2 Cerimônia que celebra vínculo conjugal; matrimônio. 3 União de um casal, legitimada pela autoridade eclesiástica e/ou civil; matrimônio", informa o "Michaelis". [...]

OUTROS DICIONÁRIOS

Outros dicionários populares no Brasil já definem casamento como união entre pessoas, sem indicação de gênero. No "Houaiss", casamento é o "ato ou efeito de casar(-se)", "o ritual que confere o *status* de casado". O "Aurélio" diz que casamento é o "contrato de união ou vínculo entre duas pessoas que institui deveres conjugais". [...]

(Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/bbc/2015/07/1650633-dicionario-michaelis-muda-verbete-de-casamento-apos-pressao-on-line.shtml>. Acesso em: 22/2/2016.)



casamento
ca.sa.men.to
sm (casar+mento) 1 União legítima de homem e mulher. 2 União homem e mulher, para constituir família. 3 Cerimônia ou festa nupcial

Petição *on-line* foi atendida por editora que publica dicionário; versão na internet já está atualizada.

Fonte: Livro Didático Português Contemporâneo. Terceiro ano. Unidade 4: Capítulo 1 (p. 271)

Este texto "*Dicionário 'Michaelis' muda verbete de casamento após pressão on-line*" também menciona algo relacionado às múltiplas performances de gênero. Ele mostra a mudança do verbete casamento de "união legítima entre homem e mulher" para "ato solene de união entre duas pessoas", e a linguagem não-verbal do texto expõe uma foto de duas pessoas do mesmo sexo, levando o leitor a compreender que dois homens ou duas mulheres podem se casar. Ainda assim, essa imagem está de acordo com a ordem hegemônica, ao mostrar dois homens de cor branca e próximo ao padrão cis-heteronormativo, visto que são homens que performam uma "correta" masculinidade esperada socialmente, podem até ser gays masculinos, mas de acordo com a normatividade. Outras performances de homossexuais afeminados, femininos, mulheres masculinas, travestis, são invisibilizadas, enfim, a imagem apresenta avanços ao mostrar dois homens, entretanto, silencia várias outras performances identitárias de gênero.

Porém, isso só ocorreu após muita pressão on-line e luta por parte das pessoas LGBTQIA+, que exigiram e exigem seus direitos negados socialmente. A mudança desse verbete nos revela o poder que a linguagem tem em causar mudanças, nela e por ela, as práticas sociais podem mudar. Conforme Bakhtin (2006), a linguagem cumpre importante papel na sociedade, devemos atentar para o papel específico que ela cumpre no conjunto da vida social, aos significados que as palavras assumem com os movimentos e as relações sociais.

O verbete antigo, ao definir a palavra casamento como “união legítima entre homem e mulher”, estava reforçando os discursos ideológicos e hegemônicos cis-heteronormalizadores. Assim, a linguagem também é responsável pela manutenção dessas hegemonias naturalizadas. Com a mudança do verbete para “ato solene de união entre duas pessoas” não há indicação de gênero, indicando a liberdade para o casamento, independente se é entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos opostos.

—Ainda de acordo com Bakhtin (2006), a linguagem está carregada de sentido social e igualmente produz ações concretas na sociedade.

Seguindo esse pensamento, Fairclough (2016), acrescenta e argumenta sobre a significação das palavras, nos mostra que elas têm vários significados, estamos diante de escolhas e interpretações diversas, acerca de uma palavra que alguém a produziu. Então, com a mudança no verbete casamento, ocasionou novos significados e novas interpretações, “os significados das palavras e a lexicalização dos significados são questões que são variáveis socialmente e socialmente contestadas, e facetas de processos sociais e culturais mais amplos. (FAIRCLOUGH, 2016, p. 239). Assim, essa mudança no verbete, abre espaço e questionamentos para as mudanças sociais, visto que, elas precisam acontecer, pois, de acordo com hooks (2008), a linguagem necessita de uma ressignificação dos usos e signos linguísticos para haver uma emancipação das categorias sociais oprimidas, minorizadas, subalternizadas.

O livro didático ter abordado essa temática demonstra uma certa evolução social no que se refere às distintas performances de gênero, mas ainda requer muitos avanços e representatividade, o que não acontece devido às políticas regulatórias dos corpos. Conforme Butler (2019, p. 16), existem normas regulatórias do sexo que “trabalham de forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual”.

Corroborando com o pensamento de Bakhtin (2006), hooks (2008) e Butler (2013), Fairclough (2016) problematiza essas relações de poder naturalizadas e vigentes nas esferas sociais, que institucionalizam e oprimem. Para ele, o discurso é uma forma de agir no mundo e discursos hegemônicos mantêm práticas sociais subordinadas. Os textos carregam ideologias que causam efeitos de mudança ou manutenção de relações de poder. Fairclough (2016) e Butler (2013; 2016) acreditam na mudança por meio da linguagem, em relação às práticas sociais. É preciso que todas as práticas alcancem cada vez mais amplitudes e que cheguem com clareza e objetividade, visando uma mudança efetiva nas estruturas sociais.

Sujeitos sociais não devem ser “meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discurso a que eles recorrem” (FAIRCLOUGH, 2016, p. 91). A ADC e os teóricos queer sustentam a ideia de que mudanças discursivas podem ocorrer, mesmo que lentamente. Mudanças nas relações sociais de poder e dominação podem ocorrer em relação às performances afetivas. Nesse sentido, materiais didáticos podem e devem representar outras identidades de gênero que não estão de acordo com o binarismo cis-heterossexual.

Diante disso, cabe-nos questionar como podemos, no contexto educacional, problematizar o livro didático em relação às representatividades de gênero. Acredito não ter uma resposta absoluta para esta pergunta, mas, sem dúvida, é possível adotar atitudes questionadoras e problematizadoras por parte dos profissionais da educação, que podem ser mais pesquisadores e leitores.

Após essas discussões sobre a temática que investigo, evidencio e mostro que as performances identitárias de gênero não inteligíveis são comumente invisibilizadas no livro didático. Sendo assim, após seguir as ideias de Butler (2013) e Fairclough (2016), os quais, expõem sobre poder, hegemonia e dominação, e como essas questões são reproduzidas e resistidas discursivamente por meio das representações de gênero, observo que a cis-heteronormatividade compulsória hegemônica continua sendo o grupo social representado, apagando e silenciando outros grupos que são seguem essa ordem social.

CONSIDERAÇÕES INCONCLUSIVAS: NOVOS CAMINHOS, NOVOS DESAFIOS...

“Ser feminino pode, ser masculina também, mas preferimos estes seres híbridos, gente livre que dança ao redor das estrelas”.
Leticia Brito.

Eu começo esta dissertação apresentando o meu lugar de fala, acredito ser fundamental isso, pois está de acordo com os teóricos queer e da ADC, os quais eu referencio nesta pesquisa. Considero-me uma voz subalternizada e silenciada, visto que minha performance identitária não está de acordo com a matriz de inteligibilidade de gênero.

Diante disso, nosso lugar de fala nos posiciona politicamente e é fundamental para a mudança nas práticas sociais. Pautado, principalmente, em Butler (2013), ao discutir sobre as performances de gênero, exponho ainda na introdução, os motivos que me levaram a pesquisar a temática de gênero, pois a todos os momentos, sejam na minha vida pessoal ou profissional isso me inquieta.

E, eu como pesquisador acredito na mudança discursiva das práticas sociais, visto que não existem discursos únicos, a sociedade é constituída por vários grupos, apesar de que alguns se sobrepõem em relação a outros. Como é o caso dos discursos cis-heteronormativos, que se sobrepõem em relação aos demais, isso ficou evidente no terceiro capítulo de análise. Percebi que as identidades, as performances de gênero não cis-heteronormativas estão invisibilizadas e tampouco são representadas, visto que os livros didáticos ainda são hegemônicos, as ideologias veiculadas neles ainda estão de acordo com as normas inteligíveis institucionalizadas.

Nas atividades selecionadas, procurei pensar o discurso a partir das relações de poder estabelecidas, e essas relações estão veiculadas e institucionalizadas na coleção de livros analisada. Textos verbais e não verbais, no geral, invisibilizam algumas performances de gênero e afirmam a cis-heteronormatividade como aceita e natural. Dessa forma, as análises evidenciam que os discursos veiculados em materiais didáticos ainda mantêm a ordem social hegemônica.

Nessa perspectiva, os discursos veiculados na coleção analisada, em sua grande maioria, corroboram e estabelecem desigualdades de gênero. Reiteram e legitimam a cis-normatividade, mantendo por sua vez, o preconceito e falta de conhecimento em relação às performances LGBTQIA+. Entretanto, isso pode mudar. Por meio de posicionamentos críticos e reflexivos, os discursos dominantes cis-heteronormativos podem ser questionados e problematizados.

Após esta pesquisa e como um professor crítico que sou, afirmo ainda mais minha convicção de que a prática pedagógica, os materiais didáticos e as instituições educacionais são espaços de resistências e problematizações em relação às questões de gênero. Diante disso, retomo às principais perguntas de pesquisa: será que o livro didático, em pleno século XXI, ainda traz aspectos ligados à sobreposição de alguns discursos identitários em relação a outros? Algumas performances de gênero têm maior representatividade aparente no livro didático? Numa busca por resposta para tais perguntas, consegui evidenciar que na coleção de livro didático analisada as performances de gênero que têm representatividade são, em geral, as identidades cis-heteronormativas. Identidades LGBTQIA+ são geralmente invisibilizadas, silenciadas. Há um apagamento dessas performances, textos verbais e não verbais contribuem e reforçam como modelo as identidades cis-heterossexuais.

Os livros didáticos se omitem ao abordar a temática relacionada a gênero, e quando abordam temas como a família, por exemplo, é ainda o modelo de família tradicional, constituída por um pai, uma mãe e filhos que é representado. Conforme Louro (2004, p. 70), “a ampla diversidade de arranjo familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados”.

Assim, os discursos que são predominantemente veiculados nos livros didáticos agem no sentido de normalizar a identidade masculina e feminina a se ajustarem às representações hegemônicas de gênero. Isso implica que podemos adotar medidas que venham “desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o ‘natural’; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder”. (LOURO, 2004, p. 86). O livro didático, por sua vez, ainda mantém a predominância desses discursos hegemônicos e, assim, contribuem com as relações de desigualdade de gênero.

No contexto político atual, com os agentes e as agentes políticas que atuam no cenário nacional, os discursos conservadores são mantidos e legitimados ainda mais. Coisas do tipo “meninos vestem azul e meninas vestem rosa” são apenas um exemplo desse reforço da masculinidade e feminilidade. Isso contribui, sustenta e estabelece as desigualdades entre as performances de gênero. Reforça ainda mais o modelo binário, conforme Butler (2013): homem = masculinidade, força, pênis, dominação; mulher = passividade, vagina, submissão, fragilidade. Homens e

mulheres em desacordo com esses moldes são marginalizados e não aceitos socialmente. Estamos diante de um sistema opressor que silencia ainda mais as questões de gênero e sexualidade.

Escrevo esta dissertação nesse momento em que o país vive essa opressão de gênero e interrogar o livro didático em relação aos sujeitos minorizados é algo complicado e ameaçador. Mesmo a Constituição Federal garantindo direitos iguais a todos, constantemente vivenciamos ainda muito preconceito, racismo, homofobia em todas as instâncias sociais. Assim, torna-se necessário agir no sentido de desconstruir, duvidar, problematizar constituições institucionalizadas de categorias como gênero, sexualidade, modelo familiar, lugar da mulher na sociedade, entre outras. Nesse sentido, as relações de poder e dominação devem ser questionadas, as práticas sociais devem ser mudadas e para tanto, precisamos agir e atuar pela mudança social. Conforme Fairclough (2016) nos conclama, é preciso que as práticas sociais alcancem cada vez mais amplitudes e que cheguem com clareza e objetividade, visando mudanças efetivas em todas as estruturas sociais.

Reforço e afirmo que meu compromisso, meu desejo aqui foi mostrar meu pedido por mais justiça, para mim e para tantos/as profissionais da educação, que frequentemente ouvem ofensas, assim como eu ouço, nos nossos ambientes de trabalho. Queremos ser respeitados, respeitadas e também exercer nossos direitos como cidadãos, cidadãs, enfim, como seres humanos que somos, independentemente de nossas identidades e de nossas performances de gênero, de sexualidade e de nossas orientações e crenças religiosas, de nossas matrizes ideológicas, etc. O corpo gay, trans, bi, lésbico, enfim, todos, todas, todes esses corpos precisam ser visibilizados, empoderados, mostrados, vividos. Quer dizer, nossos corpos são vistos em todas as práticas sociais, mas não “somos bem vistos”, assim como os sujeitos cis-heterossexuais são.

Finalizo estas considerações, quer dizer, transito essas palavras, em meu nome, pois apresento uma performance de gênero que não tem visibilidade social aceita. Eu poderia listar aqui várias e vários nomes LGBTQIA+ que foram e são constantemente agredidos verbalmente e fisicamente, que são mortos.

Segui as ideias de Judith Butler em relação à sua teoria da performatividade de gênero e associei a ela os teóricos da ADC, como principal autor Norman Fairclough e autores aqui do Brasil que desenvolveram e desenvolvem pesquisas nessa área, como Izabel Magalhães, Viviane de Melo Resende, Viviane Ramalho,

Iran Ferreira de Melo, este último, membro externo e leitor desta dissertação. Não poderia deixar também de citar Ariovaldo Lopes Pereira, o Ary, meu orientador, que é pesquisador das questões de gênero em livros didáticos. Na minha escrita, procurei também acrescentar um toque de feminismo de bell hooks, Djamila Ribeiro, Lúcia Gonçalves de Freitas, esta última me acompanhou e também me sugeriu muitas leituras e textos acerca do assunto. Trago de certa maneira o pensamento feminista e concepções acerca dos problemas de gênero discutidos por ela.

As questões de gênero transgridem, ultrapassam a cis-heteronormatividade. Os teóricos e as teóricas da ADC, assim como de estudos de gênero, nos sugerem essas reflexões através da linguagem e nos atentam para o poder que as palavras exercem para invisibilizar, dominar, naturalizar, institucionalizar vantagens e desvantagens sociais.

Optei por fazer estas análises das performances identitárias de gênero no livro didático para questionar, problematizar a naturalização e dominação cis-heteronormativa veiculada nessa ferramenta pedagógica. Esses manuais de ensino podem ser ressignificados, melhor elaborados com novos olhares críticos e que neles possam aparecer múltiplas representatividades de gênero. Como categoria de análise de discurso crítica, observei como foram feitas as enunciações materializadas nos textos, as relações entre intertextualidade e hegemonia, as formas de discursos direto ou indireto e as metáforas como formas ideológicas em alguns textos. E, como isso institucionaliza, minimiza e mantém a ordem discursiva hegemônica, as relações de poder e dominação, como os textos, as palavras, influenciam ou não nas várias mudanças sociais, e atento-me para a mudança e novos olhares diante das performances identitárias de gênero que é o objeto dessa pesquisa. Afinal, todas, todos, todes devem ser vistos/as/es, visibilizados/as/es, representados/as/es. O livro didático pode deixar de ser apenas azul e rosa, ele pode ser um arco-íris identitário.

Não poderia deixar de falar também, que tive o privilégio de cursar as disciplinas do mestrado na modalidade presencial, privilégio que não pode ser vivenciado por mestrandos neste momento triste que o mundo e o nosso país vivem. A pandemia da covid-19 está avassaladora, contamos muitas vidas perdidas, e tenho plena convicção de que **todas as vidas importam**. Estamos em um momento crítico, sofri para escrever esta dissertação, pois esse vírus abalou e está abalando muito meu estado emocional e minha transe de escrita foi muito afetada. E o pior,

estamos diante de tanto negacionismo, irresponsabilidade, falta de respeito em um desgoverno malfeito. Que tristeza e dor no peito! Transito aqui, as minhas palavras inconclusivas.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Dayane. **Interseccionalidades**. Salvador: UFBA, 2019.

AUSTIN, John L. Capítulos I e II. _____. In: **Quando dizer é fazer. Palavras e ação** (Tradução Danilo Marcondes de Souza Filho). Porto Alegre: Artes Médias, 1990.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORBA, Rodrigo. **A linguagem importa? Sobre performance, performatividade e peregrinações conceituais**. Cadernos Pagu, Campinas, n. 43, p.441-474, dezembro de 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0441.pdf>>.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução de Maria Helena Kuhner. 10 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRAZ, Camilo. **Entre sobreviventes e bichas dos tempos dourados** – memória, homossexualidade e sociabilidade na cidade de Goiânia, Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 45, n.0, 2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n45/0104-8333-cpa-45-00503.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 2. ed. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CERQUEIRA, Daniel et al. **Atlas da violência 2018**. Brasília: IPEA, 2018. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/180604_atlas_da_violencia_2018.pdf>. Acesso em: 04 ago. 2020.

COSTA, Ana Alice Alcântara. **O Movimento Feminista no Brasil**: Dinâmica de uma intervenção política. Revista Gênero, Niterói, v. 5, n. 2, 2005.

DAVIS, Angela. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/?gclid=CjwKCAjw97P5BRBQEiwAGfIV6QQ_WHKFuLd5GrYsZjvAnql21fkPqQUv9Sh-bTtdl8r8rhJXzcFbHhoCRD4QAvD_BwE>. Acesso em: 06 ago. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

FAIRCLOUGH, N. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da UnB, 2001.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. (Org.). **As políticas do Livro Didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos**. Campinas-SP: Pontes, 2014.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa: um guia para iniciantes / Uwe Flick**; tradução: Magda Lopes; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Estratégia, Poder, Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2003.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A ordem do discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Porto Alegre: DP&A, 2006.

HOOKS, Bell. **Linguagem: ensinar novas paisagens/novas linguagens**. Estudos Feministas, Florianópolis, 16(3): 424, setembro-dezembro/ 2008.

_____. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras/ Bell Hooks**; tradução Bhuvan Libânio. 9ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

INTERNACIONAL PROCESSO COVILIZADOR, 2009, Recife. **"Civilização e Contemporaneidade"**. Recife, 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sites/anais/anais12/artigos/pdfs/workshop/W_Lima2.pdf. Acesso em: 09 fev. 2020.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2. Ed. Brasília: Revista Ampliada, 2012. Disponível em: <http://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2020.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do Armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar**. *Revista Educação On-line*, PUC – Rio, n. 10, p. 64-83, 2012. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20040/20040.PDF>. Acesso em: 28 mar. 2020.

_____. **A invenção da “ideologia de gênero”: a emergência de um cenário político-discursivo e a elaboração de uma retórica reacionária antigênero**. *Psicologia Política*, São Paulo, v. 18, n. 43, p. 449-502 set./dez., 2018.

LIMA, Sabrina de. **O processo de invenção da heterossexualidade: a peregrinação de Elias na transformação dos Cânones sociais**. In: XII SIMPÓSIO

LIONÇO, Tatiana; DINIZ, Débora (Org.). **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Brasília: Letras Livres; EdUnB. 2009. Disponível em:

<http://www.sxpolitics.org/ptbr/wp-content/uploads/2009/05/homofobia_e_educacao.pdf>
Acesso em: 30 mar. 2020.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 2004.

_____. **Um corpo estranho: Ensaio sobre sexualidade e teoria queer**. 2. ed.; 3 reimp. – Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

MADLENER, Francis; DINIS, Nilson. **A homossexualidade e a perspectiva foucaultiana**. *Revista do Departamento de Psicologia da UFF*, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p. 49-60, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rdpsi/v19n1/04.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

MAGUALHÃES, Izabel. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa** / Izabel Magalhães, André Ricardo Martins, Viviane de Melo Resende. 1ª ed. – Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2017.

MATTOS, Amanda Rocha. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia: lições tomadas do trans feminismo**. *Revista Periódicus*, n. 5, v.1. mai-out de 2016. 132-153. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/17181/11338>. Acesso em 05 fev. 2020.

MELO, Iran Ferreira. **Linguística Aplicada: (re)pensando a Linguística a partir de paradigmas Queer**. Canal da ABRALIN & ALAB no You Tube, 2020. Disponível em: <https://youtu.be/YzZ-aHFPd24> . Acesso em 31 de agosto de 2020

MINAYO, Maria Cecília de Souza; GOMES, S. F. D. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MISKOLCI, Richard. **A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização**. *Sociologias*, Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia – UFRGS, v. 11, n. 21, p. 150-182, jan./jun. 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n21/08.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

PEREIRA, Ariovaldo Lopes. **Identidades sociais de gênero em livros didáticos de Língua Estrangeira**. In: FERREIRA, A. de Jesus (Org.). *As políticas do Livro Didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos*. Campinas-SP: Pontes, 2014.

RAGO, Margareth. **Entre a História e a liberdade: Luce Fabbri e o anarquismo contemporâneo**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.

Ribeiro, Djamila. **Lugar de fala** / Djamila Ribeiro. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

RIBEIRO, Moneda Oliveira. **A sexualidade segundo Michel Foucault: uma contribuição para a enfermagem**. *Rev. Esc. Enfermagem*, São Paulo, v. 33, n. 4,

p. 358-363, dez.1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v33n4/v33n4a06.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2020.

SALES, Lilian. **Experiências de professoras/es “em formação” e articulações de gênero e raça nas escolas públicas da região metropolitana de Belém. 2016.** 213 f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2016.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Mobilizações homossexuais e estado no Brasil: São Paulo (1978-2004).** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.22, n.63, p.121-135, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v22n63/a10v2263.pdf>> Acesso em: 30 mar. 2020.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral** (tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein). Organizado por Charles Baliy, Albert Sechehayé. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWADE, Elisete. **Heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano: diálogos.** *Bagoas: Revista de Estudos Gays*, v. 5, p. 27, 2010. Disponível em: https://www.cchla.ufrn.br/bagoas/v04n05art03_schwade.pdf. Acesso em 08 fev. 2020.

SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.); HALL, Stuart; WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** 15. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>>. Acesso em: 28 mar. 2020.

_____. História das Mulheres. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da História: Novas Perspectivas.** São Paulo: Editora Unesp, 2011.

_____. Entrevista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. n. 1, p. 114-124, 1998.

TEDESCHI, Losandro Antonio. **As Mulheres e a História: Uma Introdução Teórico Metodológica.** Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD. Mato Grosso do Sul, 2012.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todos e todos.** 12ª ed. – Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

TILLY, Louise A. **Gênero, história das mulheres e história social.** *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 3, p. 29-62, 1994.

VAZQUÉZ, Georgiane. **Gênero não é ideologia: explicando os Estudos de Gênero.** 07 set. 2017. Disponível em: <<https://www.cafehistoria.com.br/explicando-estudos-de-genero/>>. Acesso em: 08 ago. 2020.

VIEIRA, J. A.; MACEDO, D. S. **Conceitos-chave em análise de discurso crítica**. In: BATISTA JR., J. R. L., SATO, D. T. B., MELO, I. F. (Org.). *Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas*. 1^a ed. – São Paulo: Parábola, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e Literatura**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

Livro analisado

CEREJA, William Roberto. **Português contemporâneo: diálogo, reflexão e uso**. Vol. 1 / William Roberto Cereja, Carolina Assis Dias Viana, Christiane Damien Condeshoto. – 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2016.